



**EDITAL - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10359/2025**

ID CidadES: 2026.056E0700001.01.0035

O **MUNICÍPIO DE PIÚMA - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por meio da Comissão Permanente de Contratação - CPC, nomeada nos termos do Decreto Municipal nº 2.960 de 06 de janeiro de 2025, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural - Processo Administrativo nº 10359/2025, e, será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar 147/2014 e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas no presente Edital.

**Data de Início da Apresentação das Propostas:** 08h59 do dia 09/06/2026;

**Data Limite para Impugnação:** 23h59min do dia 18/06/2026;

**Data Limite para Pedido de Esclarecimentos:** 23h59min do dia 18/06/2026;

**Data Final para Apresentação das Propostas:** 08h59 do dia 23/06/2026;

**Data de Abertura da Sessão e Início da Disputa:** 09h00 do dia 23/06/2026;

**Local de Realização da Sessão:** A licitação ocorrerá de forma eletrônica e poderá ser acompanhada pelo ambiente virtual do site Portal de Compras Públicas: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br);

**Critério de Julgamento:** Menor Preço Global

**Modo de Disputa:** Aberto

Este edital encontra-se disponível no site [www.piuma.es.gov.br/portal/transparencia/licitacao](http://www.piuma.es.gov.br/portal/transparencia/licitacao), bem como na página do provedor [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**1. DO OBJETO E DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**1.1.** O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de demolição total do imóvel localizado à Rua Paulo Pires Coelho, 25, Bairro Niterói, no Município de Piúma/ES**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** O local onde os serviços serão executados, bem como as informações pertinentes e encontram-se detalhados no Projeto Básico, que é parte integrante deste Edital.

**1.3.** As OBRAS e/ou os SERVIÇOS DE ENGENHARIA previstos neste Edital de Concorrência e seus anexos, dele sendo partes integrantes, serão executados de acordo com as especificações e quantitativos estimados, constantes dos documentos a seguir mencionados, independentemente de suas transcrições totais ou parciais, e deverão ser rigorosamente obedecidos na apresentação da documentação e elaboração das propostas:

- a) Projeto Básico – Anexo I do Edital;



- b) Estudo Técnico Preliminar – Apêndice I - A do Projeto Básico;
- c) Demais Arquivos (*conforme descrição*) - Apêndice I - B do Projeto Básico.

## 2. DO REGIME DE EXECUÇÃO, D CRITÉRIO DE JULGAMENTO, MODO DE DISPUTA E DO ORÇAMEN-TO

2.1. Os serviços objeto deste Edital serão executados sob regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

2.2. O critério de julgamento será por **MENOR PREÇO GLOBAL**.

2.2.1. O percentual de desconto apresentado pelos licitantes deverá incidir linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado constante do instrumento convocatório.

2.3. O modo de disputa será **ABERTO**.

2.4. O valor estimado da licitação é de **R\$ 51.379,87 (cinquenta e um mil, trezentos e setenta e nove reais e oitenta e sete centavos)**, conforme Planilha Orçamentária e Projetos constantes dos Anexos deste Edital.

2.4.1. Não serão aceitas propostas com valor superior ao preço máximo admitido.

## 3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Os recursos financeiros para pagamento dos encargos resultantes da presente Concorrência correrão por conta da Dotação Orçamentária abaixo discriminada.

**Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural**

**Classificação Funcional:** 000014001.0412200402.129

**Natureza de Despesa:** 339039

**Fonte de Recurso:** 1500

**Ficha:** 655

## 4. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

4.1. Os documentos que integram o Edital serão disponibilizados somente em mídia digital a serem retirados no Portal de Compras Públicas com endereço [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Poderão também adquirir o edital e demais documentos que o integram no Portal de Transparência do Município de Piúma, no site: [www.piuma.es.gov.br/portal/transparencia/licitacao](http://www.piuma.es.gov.br/portal/transparencia/licitacao).

## 5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

5.1. A impugnação ao Edital poderá ser feita, por qualquer interessado, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, conforme dispõe art. 164 da Lei 14.133/2021, mediante documento formalizado e apresentado EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA PROVEDOR no endereço eletrônico do provedor indicado neste edital, no endereço: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

5.1.1. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal, subscritos por re-



presentante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante, e/ou não motivadas.

**5.1.2.** Não serão conhecidas as impugnações efetuadas por meio diverso do que o estabelecido no item 5.1 deste edital.

**5.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial, no endereço [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame e vinculará os participantes e a Administração.

**5.3.** As impugnações não possuem efeito suspensivo, contudo, pode o Agente de Contratação da Comissão de Contratação atribuir-lhes tal efeito, em caráter excepcional, mediante justificativa nos autos.

**5.4.** Acolhida a impugnação contra o instrumento convocatório será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**5.5.** O pedido de esclarecimentos referentes ao processo licitatório será encaminhado ao Agente de Contratação da Comissão de Contratação, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, os interessados poderão formular consultas em campo próprio do sistema provedor. Contatos podem ser realizados pelo Portal no endereço [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**5.6.** A Comissão de Contratação, por meio de seu Agente de Contratação da Comissão de Contratação poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Projeto Básico e orçamento estimado, para fins de resposta aos questionamentos apresentados.

**5.7.** Conforme preceitua o art. 174, inc. I da Lei nº 14.133/2021, todos os prazos serão computados a partir das publicações no Portal de Compras Públicas, no endereço [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), de forma automática pelo sistema provedor.

## **6. DO CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO PROCESSO ELETRÔNICO**

**6.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Portal: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**6.1.1.** Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao Portal: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

**6.2.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do Licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame na forma eletrônica.

**6.3.** O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Piúma, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**6.4.** Os licitantes deverão acompanhar no Sistema Eletrônico, através do campo "ANDAMENTO DO PRO-



CESSO ", durante todo o período da licitação, compreendido da data da publicação do edital até a de homologação do processo licitatório, as informações postadas no sistema pelo Agente da Comissão de Contratação.

**6.4.1.** Em caso de dúvidas referente a utilização e alimentação do Sistema Eletrônico, deverá o interessado consultar o setor de apoio do Portal de Compras Públicas pelos telefones 3003-5455 e/ou 0800 730 5455, não tendo a Prefeitura Municipal de Piúma nenhuma responsabilidade no manuseio do sistema pelo Fornecedor.

**6.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**6.5.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## **7. DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA**

**7.1.** Poderá participar desta licitação qualquer pessoa jurídica legalmente estabelecida no País, que atenda às exigências deste Edital e seus Anexos, que esteja devidamente credenciada, munida de chave de identificação e de senha, cujo objeto social seja compatível com o objeto do certame e que satisfaçam as condições deste Edital.

**7.2.** Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação, os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

**7.2.1.** Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

**7.2.2.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**7.2.3.** Que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

**7.2.4.** Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

**7.2.5.** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**7.2.6.** Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

**7.2.7.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

**7.3.** A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

**7.4.** Conforme preceitua o art. 174 da Lei nº 14.133/2021, a participação dos licitantes será vinculada a



contabilização de todos os prazos a partir das publicações no Portal de Compras Públicas, no endereço [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), que se destina a realização de todo procedimento licitatório desde a publicação do edital até a homologação do resultado.

**7.5.** Será assegurado, em conformidade com os art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, direito de preferência aos licitantes que invocarem a condição de Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), cujas propostas sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

## **7.6. DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS**

**7.6.1.** A obtenção de benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação, conforme **Anexo VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO ENQUADRAMENTO NAS VEDAÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E DA LEI Nº 14.133/2021** deste edital.

**7.6.2.** Os licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e reproduzidos neste edital, deverão apresentar ainda os seguintes documentos.

**7.6.3.** Licitantes optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar nº 123/2006:

**7.6.3.1.** Comprovante de opção pelo Simples obtido no site do Ministério da Fazenda, (<https://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/aplicacoes.aspx?id=21>) ou do site do SINTEGRA (<http://www.sintegra.gov.br>), desde que o comprovante de fato ateste a opção pelo Simples.

**7.6.3.2.** Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do art. 3º da LC 123/2006, conforme modelo do **Anexo VI**.

**7.6.4.** Licitantes não optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

**7.6.4.1.** Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3º da LC 123/06;

**7.6.4.2.** Cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;

**7.6.4.3.** Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

**7.6.4.4.** Cópia do contrato social e suas alterações;



**7.6.5.** Os documentos aos quais se refere este item somente deverão ser apresentados após a convocação para assinar o contrato.

**7.6.6.** O licitante que invocar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e não apresentar os documentos comprobatórios respectivos ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Piúma, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais.

**7.6.7.** Em caso de empresário ou sociedade empresária submetida ao registro obrigatório na Junta Comercial, fica dispensada a apresentação da cópia do contrato social e suas alterações, desde que seja apresentada a Certidão Simplificada da Junta Comercial da qual conste o enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, expedida em prazo não superior a 15 dias da data marcada para a abertura das propostas.

**7.6.8.** A licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional que porventura venha a ser contratada deverá atender ao que dispõem os arts. 17, inciso XII, 30, inciso II e § 1º e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, comunicando à Receita Federal, sendo o caso, no prazo legal, sua exclusão do Simples Nacional, sob pena de aplicação das sanções contratuais previstas e retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor.

## **8. DA VISITA TÉCNICA**

**8.1.** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 (nove) horas às 15 (quinze) horas.

**8.2.** Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, os quais poderão ser agendados através do telefone 28 3520-6500 ou e-mail [engenharia@piuma.es.gov.br](mailto:engenharia@piuma.es.gov.br).

**8.3.** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**8.4.** Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**8.5.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **9. DA DISPUTA E CONDUÇÃO DO CERTAME**

**9.1.** Os trabalhos serão conduzidos pelo Agente de Contratação da Comissão de Contratação, cujas atri-



buições estão definidas no Decreto Municipal nº 2.785, de 18 de janeiro de 2024, que atuará mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no seguinte endereço eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**9.1.2** Todas as referências de tempo do Edital, do Aviso e da Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico na documentação relativa ao certame.

**9.2.** A operacionalidade do Sistema se fará por meio do Portal: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), junto ao qual as Licitantes deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

**9.2.1.** Todos os prazos serão contados a partir das publicações no Portal de Compras Públicas, no endereço [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**9.2.2.** O Portal de Compras Públicas se destina a realização de todo procedimento licitatório desde a publicação do edital até a homologação do resultado, no endereço [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**a)** A fase externa da concorrência, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio da publicação do aviso do edital no Portal de Compra Públicas, nos veículos oficiais e no sítio oficial do município.

**9.3.** A participação na licitação, na forma eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado junto ao [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), e subsequente encaminhamento da PROPOSTA, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário estabelecidos neste Edital.

**9.4.** O encaminhamento da PROPOSTA pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico assumindo como firmes e verdadeiros sua PROPOSTA e seus lances.

**9.5.** Caberá ao Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do certame Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema eletrônico ou de sua desconexão.

**9.6.** Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação da Comissão de Contratação no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**9.7.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do certame Eletrônico será suspensa e terá reinício, com o aproveitamento dos atos anteriormente praticados, somente após comunicação expressa do Agente de Contratação da Comissão de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**9.8.** Quando a desconexão representar uma efetiva e irreparável ruptura no certame, ou quando, após uma desconexão superior a 10 (dez) minutos, não se retomar, em prazo razoável, o processo de formu-



lação de lances, a sessão do certame Eletrônico será definitivamente interrompida, o que acarretará, conseqüentemente, a renovação do procedimento, inclusive com nova publicação do aviso.

**9.9.** No caso de desconexão, cada Licitante deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema eletrônico.

**9.10.** A abertura da sessão pública deste certame Eletrônico, conduzida pelo Agente de Contratação da Comissão de Contratação, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**9.11.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação da Comissão de Contratação e os Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, via *Chat*, em campo próprio do sistema eletrônico. Não será aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou e-mail.

**9.12.** O Agente de Contratação da Comissão de Contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

**9.13.** Somente os Licitantes com propostas cadastradas participarão da fase de lances.

**9.14.** A desclassificação da PROPOSTA será sempre fundamentada e registrada no sistema eletrônico, com acompanhamento em tempo real pelas Licitantes.

## **10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

**10.1.** Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**10.2.** O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**10.3.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**10.4.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema.

**10.5.** Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**10.6.** Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **11. DO ENVIO DA PROPOSTA**

**11.1.** A participação no certame Eletrônico ocorrerá mediante utilização da chave de identificação e de senha privativa do Licitante e subsequente encaminhamento da PROPOSTA, no valor total de menor pre-



ço.

**11.2.** Após a divulgação do edital, os Licitantes deverão encaminhar PROPOSTA inicial com o valor de seu preço na Moeda (unidade monetária) Real, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico – [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) - quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

**11.2.1.** O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, da descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso. Não serão aceitas descrições da proposta do tipo “conforme edital”.

**11.2.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**11.2.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

**11.2.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**11.2.5.** As propostas possuem prazo de validade de 60 (SESSENTA) DIAS, a contar da data de abertura das propostas de preços.

**11.3.** No momento do envio da proposta o Licitante deverá declarar por meio do sistema eletrônico em campo específico, devendo também apresentar Declaração Unificada, conforme modelo do **Anexo V – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA:**

**11.3.1.** Que está ciente das condições contidas no Edital e em seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

**11.3.2.** De que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**11.3.3.** Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;

**11.3.4.** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III, do art. 5º da Constituição Federal;

**11.3.5.** Que a proposta apresentada para esta licitação foi elaborada de maneira independente.

**11.4.** As declarações mencionadas nos subitens anteriores serão visualizadas pelo Agente de Contratação da Comissão de Contratação, na fase de habilitação, quando serão impressas e anexadas aos autos do



processo, não havendo necessidade de envio por meio de e-mail ou outra forma.

**11.5.** Nos casos de emissão de declaração falsa, a empresa Licitante estará sujeita à tipificação no crime de falsidade ideológica, prevista no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, bem como nos crimes previstos nos artigos 337-E e seguintes da Lei nº 14.133/2021, além de poder ser punido administrativamente, conforme as sanções previstas no presente Edital.

**11.6.** Até a abertura da sessão, o Licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

**11.7.** Ao cadastrar sua proposta no sítio do [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), o Licitante deverá fazer a descrição detalhada do objeto. Para o detalhamento, deverá ser utilizado o campo “Descrição detalhada do objeto ofertado” do Portal de Compras Públicas. Não serão aceitas descrições da proposta do tipo “conforme edital”.

**11.8.** A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, implicando na plena aceitação destas pelo proponente.

**11.9.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente edital e seus anexos, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

**11.10.** O menor preço proposto será de exclusiva responsabilidade do Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**11.11.** A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o Licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

**11.12.** A proposta da licitante deverá considerar a tributação que efetivamente incidirá durante a execução do contrato.

**11.13.** Qualquer elemento que possa identificar o Licitante importará na desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**11.14.** As propostas e eventuais anexos ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

## **12. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**12.1.** A partir do horário previsto no quadro resumo, o Agente de Contratação da Comissão de Contratação realizará a abertura e posterior julgamento das propostas preliminares apresentadas pelos licitantes interessados.

**12.2.** O Agente de Contratação da Comissão de Contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam com a descrição do objeto em conformidade com o edital e/ou com sobrepreço em relação ao preço referencial, na forma do art. 59 e seus incisos da Lei 14.133/2021.

**12.3.** A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado, em tempo real, por todos os participantes.

**12.4.** É defeso ao Agente de Contratação da Comissão de Contratação proceder à desclassificação de



propostas apresentadas em valor superior ao preço referencial até o limite do horário estabelecido para envio de proposta de preços preliminar.

**12.5.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Agente de Contratação da Comissão de Contratação, segundo a ordem de classificação provisória obtida.

**12.6.** Somente as propostas classificadas participarão da etapa de envio de lances.

**12.7.** Encerrado o julgamento das propostas preliminares e observado o horário estipulado neste instrumento, a sessão pública na internet será aberta pelo Agente de Contratação da Comissão de Contratação, com início da fase competitiva, quando os licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**12.8.** Aberta a etapa competitiva, os Licitantes classificados poderão encaminhar lances públicos, sucessivos e com menor preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e percentual consignados no registro de cada lance.

**12.9.** Durante o transcurso da sessão, os Licitantes terão informações, em tempo real, do valor de menor preço registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

**12.10.** Será permitido aos Licitantes a apresentação de lances intermediários durante a disputa. Serão considerados intermediários os lances *cujos descontos percentuais* forem iguais ou superiores ao menor ofertado, mas inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante, e registrado no sistema eletrônico pela própria Licitante.

**12.11.** Não poderá haver desistência dos lances ofertados após a abertura da seção, sujeitando-se a Licitante desistente às sanções previstas neste Edital.

**12.12.** O sistema disponibilizará campo próprio para “Chat”, pelo Agente de Contratação da Comissão de Contratação, aos licitantes.

**12.13.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste edital.

**12.14.** O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

**12.15.** O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**12.16.** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

**12.17.** Será adotado, para o envio de lances na concorrência eletrônico, o seguinte modo de disputa:  
- **ABERTO** - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no quadro resumo.

**12.18.** No modo de disputa aberto, haverá intervalo mínimo de diferença de valores, totalizando o montante de R\$ 100,00 (cem reais), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em re-



lação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**12.19.** No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após o decurso deste tempo, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública, após a fase inicial de 10 (dez) minutos.

**12.19.1.** A prorrogação automática de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá, sucessivamente, sempre que houver lances enviados nesse período, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**12.19.2.** Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente, sem necessidade de aviso prévio pelo Agente de Contratação e pelo sistema, de forma a garantir a concorrência entre os licitantes.

**12.19.3.** Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Agente de Contratação da Comissão de Contratação poderá, assessorado pela Equipe de Apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

**12.20.** Encerrados todos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

**12.21.** Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Agente de Contratação da Comissão de Contratação no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**12.21.1.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação da Comissão de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**12.22.** Na hipótese de a proposta vencedora não ser aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação da Comissão de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda plenamente aos requisitos deste edital.

**12.23.** Após realizadas as análises prescritas nos subitens anteriores, o Agente de Contratação da Comissão de Contratação realizará a declaração do vencedor respectivo via sistema.

**12.24.** Havendo empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á através dos seguintes critérios, nesta ordem:

- I.** disputa final, em que os Licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II.** avaliação do desempenho contratual prévio dos Licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações;
- III.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



**IV.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

**12.25.** Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**I.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**II.** empresas brasileiras;

**III.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**IV.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**12.26.** As regras previstas para critérios de desempate neste edital não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as quais serão adotadas pelo sistema provedor <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, em havendo microempresas ou empresas de pequeno porte em condição tal.

**12.27.** Após o encerramento da etapa de lances, o Agente de Contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

**12.28.** Nas hipóteses em que a Comissão de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor (IN SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022).

**12.28.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**12.28.2.** É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se o proponente às sanções previstas nas leis pertinentes.

**12.29.** Após a fase de negociação, como condição prévia à convocação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar para apresentar a proposta adequada ao último lance, o Agente de Contratação da Comissão de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**12.29.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

**12.29.2.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**12.30.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas



ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**12.31.** Constatada a existência de sanção que inviabilize a participação ou contratação, a Comissão de Contratações reputará o licitante desclassificado, por falta de condição de participação.

**12.32. A LICITANTE MELHOR CLASSIFICADA SERÁ CONVOCADA PARA REELABORAR E APRESENTAR AO MUNICÍPIO DE PIÚMA, POR MEIO ELETRÔNICO, A PROPOSTA DE PREÇOS ADEQUADA AO LANCE VENCEDOR, NO PRAZO DE 02 (DOIS) DIAS ÚTEIS, O QUAL PODERÁ SER PRORROGADO, MEDIANTE JUSTIFICATIVA APRESENTADA E ACEITA PELA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO:**

**12.32.1.** Após a fase de lances, a Licitante melhor classificada será convocada para reelaborar e apresentar à Administração a proposta de preços adequada ao seu último lance, juntamente com o **Orçamento Sintético** (planilha com descrição dos itens, quantidades, valores unitários com e sem BDI e valores globais), respeitando os valores unitários discriminados pelo Município, devendo o documento conter assinatura do representante legal e do(s) responsável(eis) técnico(s) que elaborou(raram) o orçamento;

**12.32.2.** Juntamente com a proposta de preços atualizada, na forma do item anterior, em caso de solicitado pela equipe licitatória, a licitante melhor classificada deverá apresentar de forma atualizada, o **Orçamento Analítico** (Composição detalhada das especificações e dos custos dos preços unitários de todos os itens da planilha orçamentária, discriminando as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços, o Cronograma Físico-Financeiro e critérios de pagamentos, bem como o detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas - BDI e dos Encargos Sociais), devendo os documentos conterem assinatura do representante legal e do(s) responsável(eis) técnico(s) que elaborou(raram) o orçamento;

**12.32.3.** Declaração Unificada, nos moldes do modelo contido no **Anexo V** deste Edital (Modelo de Declaração Unificada).

**12.32.4.** Nas propostas, serão consideradas obrigatoriamente:

- a)** Preço unitário de cada item da planilha orçamentária e global, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), obedecidos os limites de preços fixados no presente instrumento e observando as especificações técnicas, Planilha Orçamentária e demais condições previstas no Projeto Básico e no Edital;
- b)** Inclusão de todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto e todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;
- c)** Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão da licitação.



**12.32.5.** Na composição dos preços unitários a licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, equipamentos e serviços, devendo a composição relativa à mão-de-obra conter todo detalhamento;

**12.32.6.** A licitante deverá apresentar os preços unitários e detalhamento dos encargos sociais e de BDI;

**12.32.7.** Todos os dados informados pela licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;

**12.32.8.** Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas;

**12.32.9.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada;

**12.32.10.** As licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas;

**12.32.10.1.** Os preços globais e unitários não poderão ultrapassar os valores orçados pelo Município, constantes no orçamento base da Administração, tanto na planilha principal quanto nas composições unitárias.

**12.32.11.** A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Termo e no Edital e seus anexos;

**12.32.12.** Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**12.33.** O sistema verificará a proposta vencedora e o Agente de Contratação da Comissão de Contratação anunciará o lance vencedor após o encerramento da etapa de lances da sessão pública e decisão acerca da aceitação do lance de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

**12.34.** Será vencedora a empresa que atender aos requisitos do Edital e ofertar o **MENOR PREÇO GLOBAL** para executar o objeto do contrato.

**12.35.** Poderão ser desclassificadas as propostas de licitantes até a assinatura do Contrato/ARP, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver conhecimento de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento da licitação que desabonem sua idoneidade ou capacidade jurídica, financeira, técnica ou administrativa.

### **13. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO**

**13.1.** A Licitante vencedora deverá providenciar a documentação relativa à **PROPOSTA DE PREÇO, no prazo de 02 (dois) dias úteis**, contados a partir da declaração de vencedor, anexando, na opção “Enviar anexo”, respeitado o limite do sistema eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), podendo ser incluídos em quantos arquivos forem necessários, os seguintes documentos:

**13.1.1.** Carta de apresentação da PROPOSTA DE PREÇO, conforme ANEXO II – MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS, a qual será acompanhada da planilha de preços referenciais correspondentes a proposta da licitante, nos termos do item 12.32 deste Edital.



a) Além de uma via devidamente assinada e em formato digital, o arquivo da planilha orçamentária no formato “Excel” extensão “.xlsx”, deverá ser disponibilizado junto aos documentos da proposta de preços.

**13.2.** Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada (aquela que tiver menor preço) com os requisitos do instrumento convocatório, será desclassificada caso:

**13.2.1.** Contenha vícios insanáveis;

**13.2.2.** Não obedeça às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório;

**13.2.3.** Apresente preço manifestamente inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação;

**13.2.4.** Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública;

**13.2.5.** Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

**13.3.** A Comissão de Licitação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta mais bem classificada ou exigir do Licitante que ela seja demonstrada.

**13.3.1.** No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, conforme disposto no art. 59 §4º da Lei 14.133/2021.

**13.3.2.** Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, conforme disposto no art. 59 §5º da Lei 14.133/2021.

**13.4.** A Administração conferirá ao Licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários relevantes.

**13.5.** Na hipótese acima, o Licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições do valor global.

**13.6.** A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo Licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

### **13.7. DA REMESSA DE ARQUIVOS ELETRÔNICOS**

**13.7.1** A remessa eletrônica da documentação relativa à **PROPOSTA DEFINITIVA, à HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA e REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA e à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** é realizada em formato PDF, preferencialmente em pasta compactada ZIP, podendo ser incluídos quantos arquivos forem necessários para atendimento das exigências deste Edital junto ao Portal de Compras Públicas ([www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)), observado o prazo estabelecido no item 13.1 deste Edital.



### **13.8. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**13.8.1.** Para comprovar habilitação jurídica, o vencedor deverá apresentar a seguinte documentação:

- a)** Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- c)** Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício;
- d)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
- e)** Deverá estar prevista no Estatuto ou Contrato Social da licitante a autorização para empreender atividades compatíveis com o objeto desta Licitação.
- f)** Compromisso de constituição do Consórcio, se for o caso;
- g)** Credenciamento do Representante Legal para assinatura do contrato.

### **13.9. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

**13.9.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação.

**13.9.2.** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação.

**13.9.3.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão conjunta expedida pela RFB/PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

**13.9.4.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com Efeito Negativo, expedida pela Fazenda Estadual ou Certidão de Não Contribuinte.

**13.9.5.** Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante, mediante Certidão Negativa de Tributos Municipais ou Certidão Positiva com Efeito Negativo, expedida pela Fazenda Municipal, da sede da licitante ou Certidão de Não Contribuinte.

**13.9.6.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, por meio de Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

**13.9.7.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, expedida pelo Tribunal Su-



perior do Trabalho (TST), da sede da licitante, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 01/05/1943, e instituída pela Lei nº 12.440, de 07/07/2011, que será verificada “online” pela Comissão na data de entrega da documentação de habilitação.

**13.9.8.** Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato.

### **13.10. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**13.10.1.** Balanço Patrimonial e Demonstrações de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma art. 69 do inc. I da lei nº 14.133/2021, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados pela variação ocorrida no período, do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP- DI), publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, ou outro indicador que o venha a substituir quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

- a)** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- b)** No caso de sociedade anônima e de outras empresas obrigadas à publicação de balanço, deverá ser apresentada a cópia da publicação, na imprensa oficial, do Balanço e das Demonstrações Contábeis, além da ata de aprovação devidamente registrada na Junta Comercial.
- c)** Quando não houver a obrigatoriedade de publicação do Balanço e das Demonstrações Contábeis, deverão ser apresentadas cópias legíveis dessas peças, bem como dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, registrado na Junta Comercial ou no órgão competente.
- d)** No caso de Livro Diário expedido através do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverá ser apresentado além do Balanço e das Demonstrações Contábeis, registrado no órgão competente, o termo de abertura e de encerramento do Livro Diário e o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital emitido pelo referido sistema.
- e)** Consideram-se “já exigíveis” as Demonstrações Contábeis e o Balanço Patrimonial referentes ao exercício social imediatamente antecedente ao ano da licitação, quando a data de apresentação dos documentos de habilitação ocorrer a partir de 01 de maio (art. 1.078, I, do Código Civil), mesmo no caso de licitantes obrigados ao SPED, devendo ser desconsiderado prazo superior para transmissão das peças contábeis digitais estabelecido por atos normativos que disciplinam o citado SPED (conforme entendimento do TCU, Acórdãos 1999/2014 e 119/2016, ambos do Plenário).
- f)** Empresa que, de acordo com a legislação, não tenha apurado as demonstrações contábeis referentes ao seu primeiro exercício social, deverá apresentar balanço de abertura, levantado na data de sua constituição, conforme os requisitos de legislação societária e comercial.

**13.10.2.** Para ser habilitado o Licitante deverá alcançar o Índice de Liquidez Geral - ILG, o Índice



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO - CPC

PROC. 10359/2025

FLS. \_\_\_\_\_

de Solvência Geral – ISG e o Índice de Liquidez Corrente – ILC igual ou maior do que 1,00 (um), apurados a partir dos dados expressos no Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, pelas fórmulas seguintes:

$$\text{LG: } \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE A REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\text{SG: } \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\text{LG: } \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

- a) As memórias de cálculo de cada índice devem ser anexadas pelo licitante à documentação relativa à qualificação econômico-financeira.
- b) Junto com a comprovação dos índices referidos acima, os licitantes deverão comprovar PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO para fins de habilitação, na forma do § 4º do artigo 69, da Lei nº 14.133/2021.
- c) A comprovação de patrimônio líquido será equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado para contratação.
- d) Os valores constantes do Balanço serão convertidos para a data base do orçamento estimado pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas, para fins de cálculo do Patrimônio Líquido mínimo.
- 13.10.3.** Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observada a data de validade definida no instrumento.
- a) No caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, a certidão deverá apresentar data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação.
- b) Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada, por meio da documentação apropriada, a sentença homologatória do plano de recuperação judicial, além do cumprimento dos demais requisitos de habilitação constantes neste Edital.
- c) Em se tratando de Licitante subsidiária integral, caso sua empresa controladora esteja em recuperação judicial, deverá ser apresentado Termo de Compromisso no qual a Licitante assegure que manterá a capacidade técnica, econômica, financeira e operacional, com vista a assegurar a execução do contrato.

**13.10.4.** As licitantes que invocarem a condição de Microempresa (ME) ou Empresas de Pequeno



Porte (EPP), para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações que lhe sucederam, deverão apresentar, além da documentação prevista para habilitação, os seguintes documentos:

- a)** Certidão expedida no presente exercício, pelo órgão competente, a saber: Registro de Empresas Mercantis (Junta Comercial) ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas (Cartório), conforme o caso, do local onde a pessoa jurídica tenha sido registrada atestando que a empresa se enquadra na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações que lhe sucederam;
- b)** Declaração de que não está incursa em nenhuma das vedações do §4º, do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações que lhe sucederam, considerando, ainda, o que determina o §5º e §6º, do mesmo dispositivo, conforme modelo do **ANEXO VI**.

### **13.11. DA DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

#### **13.11.1. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL:**

- a)** Comprovação de registro ou Inscrição da empresa (Pessoa Jurídica) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, válido na data da habilitação;
  - a.1)** Caso a empresa vencedora da licitação esteja sediada em outro Estado, deverá apresentar no ato da assinatura do CONTRATO “VISTO” no CREA-ES ou CAU – ES, na forma da Resolução 413/47 – CONFEA;
- b)** Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado. As certidões ou atestados, deverão ser devidamente assinados, carimbados, e preferencialmente em papel timbrado da empresa ou órgão tomador do serviço;
  - b.1)** A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

#### **13.11.2. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL:**

- a)** Registro ou Inscrição do responsável técnico indicado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da região da sede da empresa.
- b)** Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente profissional devidamente reconhecido pelo CREA ou CAU, de nível superior, e que seja detentor de no mínimo 1 (uma) Certidão de Acervo Técnico por execução de serviços/obra de características semelhantes



tes, considerando-se as parcelas de maior relevância a seguir definidas:

- b.1)** O responsável técnico indicado poderá ocupar a posição de diretor, sócio ou integrar o quadro permanente da empresa ou consórcio licitante na condição de empregado ou de prestador de serviços, devendo ser comprovada sua vinculação com a licitante, até a data da apresentação dos documentos de habilitação, por meio de carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contrato de prestação de serviços, ficha de registro de empregado ou contrato social, conforme o caso;
- b.2)** O contrato de prestação de serviços que se refira à obrigação futura do profissional em responder tecnicamente pela licitante deverá especificar sua vinculação à execução integral da obra/serviço objeto desta licitação;
- b.3)** O profissional indicado pela licitante para fins de comprovação da capacidade técnica-profissional deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. Para essa substituição, a qualificação técnica do profissional substituto deverá atender as mesmas exigências deste Edital;
- b.4)** A certidão de acervo técnico deverá referir-se às atividades técnicas que façam parte das atribuições legais do profissional.
- b.5)** Será admitido o somatório de atestados para comprovação da experiência anterior do Responsável Técnico, podendo inclusive indicar mais de um Responsável Técnico, na execução de todos os serviços discriminados.
- b.6)** No caso de duas ou mais licitantes indicarem o mesmo profissional como responsável Técnico, todas serão inabilitadas (Acórdão 00237/2022-1 – Plenário TCE-ES).
- b.7)** Não serão aceitos atestados e/ou certidões de acervos parciais, referentes a obras e/ou serviços como contratos rescindidos unilateralmente, exceto nos casos previstos no Art. 137 da Lei 14.133/2021 incisos V e VIII. Também não serão aceitos atestado(s) ou CAT(s) de projeto, fiscalização, supervisão, gerenciamento, controle tecnológico ou assessoria técnica de obras. O responsável técnico deverá apresentar Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica junto ao respectivo Conselho de Classe na jurisdição do estado do espírito santo.
- b.8)** Caso os atestados e/ou certidões de acervos sejam parciais, deverá ser apresentada prova de que o contrato originador não está vigente ou foi rescindido por mútuo acordo.
- b.9)** A Contratante poderá, a seu critério, mediante justificativa técnica, determinar a complementação ou substituição de qualquer dos equipamentos disponibilizados, a fim de melhorar a eficiência da execução contratual, sem que isso implique em reequilíbrio de custos.

**13.11.3. DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS PARA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- a)** Indicação do Responsável Técnico Engenheiro Civil ou Arquiteto, para o acompanhamento dos serviços, objeto da presente licitação, conforme modelo no **ANEXO IV** deste Edital;



- b)** Declaração formal emitida pela Licitante do pleno conhecimento do local e condições em que a obra será executada, bem como dispõe de instalações, veículos, equipamentos e pessoal adequado e suficiente para a realização do objeto da licitação, conforme **ANEXO III** deste Edital.

#### **14. DOS RECURSOS**

**14.1.** A Licitante terá o prazo de **03 (três) dias úteis** para interpor recurso, no sítio do [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), em conformidade com o que dispõe o art. 165, inc. I da Lei 14.133/2021, em face de:

- a)** ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b)** julgamento das propostas;
- c)** ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d)** anulação ou revogação da licitação;

**14.1.1.** A intenção de recorrer quanto ao disposto na alínea “b” do item 14.1, deverá ser manifestada imediatamente no encerramento da sessão pública de recebimento das propostas, sob pena de preclusão, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais, a contar do momento da manifestação da licitante de sua irrisignação, devendo indicar o item do Edital que será objeto do recurso.

**14.1.2.** Quanto ao prazo para a interposição dos recursos referente aos dispostos nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 14.1, será computado a contar da data de intimação da decisão que se fará por publicação no sítio do [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) para apresentação das razões recursais, sendo concedido para tanto o prazo de 03 (três) dias úteis.

**14.2.** O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso, qual seja, **3 (três) dias úteis**, e, terá início na data da divulgação do ato recorrido no Portal de Compras Públicas no endereço [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), em consonância com o preceito no §4º do art. 165 da Lei 14.133/2021.

**14.3.** É assegurada aos Licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**14.4.** Os recursos deverão ser protocolados **EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA PROVEDOR**, acompanhada de documentos que comprovem a habilitação do subscritor para agir em nome da recorrente, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias e na mesma forma, cujo prazo correrá a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada, em qualquer caso, vistas imediatas dos autos.

**14.4.1.** Não serão conhecidas as manifestações de recurso efetuadas por meio diverso do que o estabelecido no item 14.1 deste edital.

**14.5.** Caso a Comissão decida pelo indeferimento do recurso, a questão será apreciada pela Autoridade Competente para homologar o resultado final, que poderá ratificar ou não a decisão da Comissão antes da adjudicação.



- 14.5.1.** Se a Comissão de Contratação não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, conforme disposto no art. 165, §2º da Lei nº 14.133/2021.
- 14.6.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.7.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, nos dias úteis no horário de 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min.
- 14.8.** O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.9.** O recurso interposto em desacordo com as condições deste EDITAL e seus ANEXOS não serão conhecidos, inclusive se apresentados fora do prazo legal ou sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor recurso pelo licitante ou por meio diverso do que o disposto com como condição para conhecimento e apreciação.
- 14.10.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste EDITAL e seus ANEXOS, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.
- 14.11.** Quanto ao recurso advindo da extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração deverá ser observado o regramento constante na Lei nº 14.133/2021.
- 14.12.** Os prazos previstos neste EDITAL e seus ANEXOS iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito do Município.
- 14.13.** Conforme preceitua o art. 174, inc. I da Lei nº 14.133/2021, todos os prazos serão computados a partir das publicações no Portal de Compras Públicas, no endereço [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), de forma automática pelo sistema provedor.

## **15. DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR O CONTRATO**

- 15.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.2.** Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o termo de contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.3.** O prazo fixado no item anterior poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 15.4.** No ato de assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante toda a vigência do pacto.
- 15.5.** O licitante que convocado para assinar o contrato e deixar de fazê-lo no prazo fixado, estará sujeito



à aplicação das penalidades previstas na legislação correspondente.

## **16. PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO AOS EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL DO ESPÍRITO SANTO – PMAE**

**16.1.** Em cumprimento à Lei Municipal nº 2.319/2019 c/c art. 25, § 9º, II da Lei nº 14.133/2021, as pessoas jurídicas vencedoras de licitação e contratadas pelo Município de Piúma, ficam obrigadas a admitirem e manterem cidadãos piumenses egressos das unidades do sistema prisional do Estado do Espírito Santo como mão de obra para execução de serviços ou obras públicas, nas seguintes proporções:

I - até 6 (seis) postos de trabalho: admissão facultativa;

II - de 6 (seis) a 10 (dez) postos de trabalho: 1 (uma) vaga com prioridade para egresso;

III - acima de 10 (dez) postos de trabalho: 10% (dez por cento) das vagas com prioridade para egressos, arredondando-se para mais 1 (um) sempre que o resultado não significar número inteiro.

**16.2.** A contratada deverá apresentar à Secretaria Municipal de Assistência Social, em até 10 (dez) dias após a Ordem de Serviço, o quantitativo de postos de trabalho e o número reservado a egressos, bem como seu endereço eletrônico para comunicação.

**16.3.** Em até 03 (três) dias após a sua entrega, a Secretaria Municipal de Assistência Social encaminhará a empresa a liste de egressos cadastrados em seu banco de dados.

**16.4.** A contratada terá até 15 (quinze) dias para realizar a contratação dos egressos, comunicando o fato à Secretaria Municipal de Assistência Social.

**16.4.1.** Caso não haja cadastro de egressos na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme previsto na Lei Municipal nº 2.319/2019, a empresa contratada ficará isenta de tal obrigação.

**16.5.** O não cumprimento deste item ensejará a aplicação de multa contratual e suspensão do pagamento devido até a comprovação, conforme cláusula de penalidades.

**16.6.** A inobservância das disposições deste item, pelo prazo superior a 03 (três) meses após a Ordem de Serviço, constituirá descumprimento contratual absoluto, o que implicará na rescisão do contrato, sem prejuízo de outras sanções, além das já previstas, momento em que será pago o serviço ou a mão de obra até então realizada.

**16.7.** Será motivo de revogação unilateral do contrato a ocorrência de qualquer caso de discriminação contra os egressos no âmbito da empresa contratada e de suas atividades, seja em questões remuneratórias ou por tratamento diferenciado frente aos seus demais empregados, assegurado o direito de defesa.

## **17. DOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE**

**17.1.** Os serviços prestados pela Contratada deverão observar rigorosamente as normas técnicas de proteção ambiental em todos os serviços prestados de forma a promover o uso racional de recursos e equi-



pamentos, minimizando a geração de resíduos, a fim de atender as diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela Contratante.

**17.2.** A Contratada deverá implementar medidas para reduzir o consumo de água, energia e outros recursos naturais, bem como, orientar todos seus empregados para as medidas a serem seguidas.

**17.3.** A Contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

**17.4.** A Contratada deverá executar os serviços de forma a minimizar os possíveis impactos ambientais sobre os elementos naturais (flora, fauna, recursos hídricos etc.) existentes no local da realização

## **18. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**18.1.** É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

**18.1.1.** Será permitida a subcontratação parcial, de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, para as atividades que não constituem o escopo principal do objeto e os itens exigidos para comprovação técnica operacional ou profissional.

**18.1.2.** Entende-se como escopo principal do objeto o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida a apresentação de atestados que comprovassem execução de serviço com características semelhantes.

**18.1.3.** A subcontratação não exclui a responsabilidade da Contratada perante o Contratante quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado.

**18.1.4.** A subcontratação depende de autorização prévia por parte do Contratante, com parecer técnico da fiscalização, ao qual cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços.

**18.1.5.** A Contratada originária deve submeter à apreciação do Contratante o pedido de prévia anuência para subcontratação, com apresentação do(s) pretendente(s) subcontratado(s) e da respectiva documentação, que deve corresponder à exigida para habilitação nesta licitação.

**18.1.6.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da Subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

## **19. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO**

**19.1.** O prazo de **vigência da contratação é de 12 (doze) meses** contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº14.133/2021.

**19.2.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**a) Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço,** podendo ser prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em



que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade de comunicação eletrônica, conforme Art. 183, § 2º da Lei nº14.133/2021.

**b)** A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho estão descritas no memorial do projeto e no cronograma físico-financeiro.

**c)** O prazo estipulado para execução da obra será de **02 (dois) meses**, conforme Cronograma Físico-Financeiro, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, na forma do Art. 124, da Lei nº 14.133/2021.

## **20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA**

**20.1.** As responsabilidades de Contratante e Contratada serão as estabelecidas na Minuta do Contrato anexo a este edital.

## **21. DO MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL**

**21.1.** A gestão de fiscalização se encontra na Minuta do Contrato anexo a este edital.

## **22. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**22.1.** Os critérios de medição e pagamento serão as estabelecidas na Minuta do Contrato anexo a este edital.

## **23. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**23.1.** As infrações e sanções administrativas constam na Minuta do Contrato anexo a este edital.

## **24. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**24.1.** As garantias de execução do contrato constam na Minuta do Contrato anexo a este edital.

## **25. DA ALOCAÇÃO DO RISCO**

**25.1.** A Matriz de Alocação de Risco constitui peça integrante da Minuta de Contrato anexo a este edital.

## **26. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**26.1.** Todas as referências de tempo citadas neste Edital e seus Anexos, no Aviso da licitação e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**26.2.** As atas serão geradas eletronicamente após o encerramento da sessão pelo Agente de Contratação da Comissão de Contratação;

**26.2.1.** Nas atas das sessões públicas deverá constar o registro das Licitantes participantes, das



propostas apresentadas, da análise da documentação de habilitação da(s) vencedora(s) e da interposição de recurso(s), se for o caso;

**26.2.2.** Os demais atos licitatórios serão registrados no processo da licitação.

**26.3.** A Licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois a simples apresentação da PROPOSTA submete a Licitante à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor;

**26.3.1.** No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus ANEXOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

**26.4.** A Licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da Licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a adjudicatária, a rescisão do instrumento contratual, sem prejuízos das demais sanções cabíveis.

**26.5.** O Município de Piúma reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como adiar *sine die* ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou abertura da PROPOSTA ou da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, desclassificar qualquer proposta ou desqualificar qualquer Licitante, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da Licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.

**26.6.** É facultado à Comissão, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

**26.7.** Na hipótese de não conclusão do processo licitatório dentro do prazo de validade da proposta, poderá a Licitante, revalidar, por igual período, o documento, sob pena de ser declarada desistente do feito licitatório.

**26.8.** Fica eleito o Foro da Comarca de Piúma – ES, para quaisquer litígios decorrentes do presente Edital.

**26.9.** São partes integrantes do presente Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – PROJETO BÁSICO E APÊNDICES;

ANEXO II – MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS LOCAIS, CONDIÇÕES E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO;

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA;

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO ENQUADRAMENTO NAS VEDAÇÕES DA LEI COMPLE-



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO - CPC

**PROC. 10359/2025**

**FLS. \_\_\_\_\_**

MENTAR Nº 123/2006 E DA LEI Nº 14.133/2021;  
ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO.

Piúma – ES, 08 de junho de 2026.

**TAMIRIS SCHUNCK SANTANA**

Agente de Contratação – Mat. 11446

Presidente da Comissão Permanente de Contratação



**ANEXO I – PROJETO BÁSICO**

**PROJETO BÁSICO**

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

**1- DO OBJETO**

**1.1.** Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de demolição total do imóvel localizado à Rua Paulo Pires Coelho, 25, Bairro Niterói, no Município de Piúma/ES, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

**1.2.** O objeto desta contratação é caracterizado como **serviço comum de engenharia**, nos termos do Tópico III, do Estudo Técnico Preliminar, anexo ao presente Termo de Referência.

**1.3.** O prazo de **vigência da contratação é de 12 (doze) meses** contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº14.133/21, sendo admitida a prorrogação do mesmo até que conclua o escopo da contratação, na forma do artigo 111 da Lei 14.133/2021.

**2 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** O custo estimado da contratação é de **R\$ 51.379,87 (cinquenta e um mil, trezentos e setenta e nove reais e oitenta e sete centavos)**, conforme planilha orçamentária em anexo.

**3 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**3.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

**Secretaria:** Obras e Infraestrutura Urbana e Rural.

**Classificação Funcional:** 000014001.0412200402.129 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural.

**Natureza de Despesa:** 33903900000 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

**Fonte de Recurso:** 170400000000.

**Ficha:** 655.

**4 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada nos termos dos tópicos I, III e VI do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Projeto Básico.

**5 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**



**5.1.** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no tópico V do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Projeto Básico.

## **6 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **6.1. Requisitos de Sustentabilidade:**

- a)** Os serviços prestados pela Contratada deverão observar rigorosamente as normas técnicas de proteção ambiental em todos os serviços prestados de forma a promover o uso racional de recursos e equipamentos, minimizando a geração de resíduos, a fim de atender as diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela Contratante.
- b)** A Contratada deverá implementar medidas para reduzir o consumo de água, energia e outros recursos naturais, bem como, orientar todos seus empregados para as medidas a serem seguidas.
- c)** A Contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.
- d)** A Contratada deverá executar os serviços de forma a minimizar os possíveis impactos ambientais sobre os elementos naturais (flora, fauna, recursos hídricos etc.) existentes no local da realização.

### **6.2. Subcontratação:**

- a)** É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:
  - a.1)** Será permitida a subcontratação parcial, de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, para as atividades que não constituem o escopo principal do objeto e os itens exigidos para comprovação técnica operacional ou profissional.
  - a.2)** Entende-se como escopo principal do objeto o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida a apresentação de atestados que comprovassem execução de serviço com características semelhantes.
  - a.3)** A subcontratação não exclui a responsabilidade da Contratada perante o Contratante quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado.
  - a.4)** A subcontratação depende de autorização prévia por parte do Contratante, com parecer técnico da fiscalização, ao qual cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços.
  - a.5)** A Contratada originária deve submeter à apreciação do Contratante o pedido de prévia anuência para subcontratação, com apresentação do(s) pretendente(s) subcontratado(s) e da respectiva documentação, que deve corresponder à exigida para habilitação nesta licitação.
  - a.6)** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da Subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.



### **6.3. Garantia da Contratação:**

#### **6.3.1. Garantia da Execução do Contrato (art. 98, Lei nº 14.133/2021)**

- a)** O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/21, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.
- b)** no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da assinatura do contrato, a Contratada deverá apresentar comprovante da prestação de garantia, podendo optar por:
- b.1)** caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b.2)** Seguro-garantia;
- b.3)** Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- c)** Caso a Contratada optar pela modalidade prevista na alínea “b.2” do item anterior, terá o prazo mínimo de 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato para prestação da garantia.
- d)** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observando o máximo de 2% (dois por cento).
- e)** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- e.1)** Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- e.2)** Prejuízos diretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- e.3)** Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada;
- e.4)** Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.
- f)** A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. Em ambos os casos o prazo para liberação ou restituição será de até 90 (noventa) dias.
- g)** O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;
- h)** O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.



i) Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.

j) Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133/21 (art. 59, §5º).

#### **6.4. Vistoria**

a) A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 15 horas.

b) Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, os quais poderão ser agendados através do telefone 28 3520-6500 ou e-mail engenharia@piuma.es.gov.br.

c) Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

d) Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

e) A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### **6.5. Consórcios**

**6.5.1.** Para a licitação em questão, os serviços a serem contratados não são de alta complexidade ou vulto, ou seja, o Projeto Básico não possui nenhuma característica própria que justifique a admissão de empresas em consórcio.

**6.5.2.** Sendo assim, a vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de obras e serviços de engenharia são bastante comuns a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.

### **7 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **7.1. Local e horário de execução da obra**

**7.1.1.** O serviço de demolição total, será executado no imóvel abandonado, e em risco de desabamento, localizado à Rua Paulo Pires Coelho, 25, Bairro Niterói, no Município de Piúma/ES.



**7.1.2.** O serviço será, prioritariamente, executado em horário comercial, podendo ser estendidos aos fins de semana e feriados, caso seja necessário, mediante aprovação da Contratante. Os trabalhos realizados aos finais de semana e feriados não ensejarão em cobranças adicionais à Contratante.

## **7.2. Condições de execução**

**7.2.1.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- a) Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço**, podendo ser prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade de comunicação eletrônica, conforme Art. 183, § 2º da Lei nº 14.133/21.
- b)** A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho estão descritas no memorial descritivo do serviço e no cronograma físico financeiro.
- c)** O prazo estipulado para execução dos serviços será de **02 (dois) meses**, conforme Cronograma Físico-Financeiro, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, na forma do Art. 124, da Lei nº 14.133/21.

## **7.3. Materiais a serem disponibilizados**

**7.3.1.** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas nos projetos e nas normas técnicas vigentes, promovendo sua substituição quando necessário.

## **7.4. Especificação da garantia (art. 40, § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

**7.4.1.** Não se aplica a garantia estabelecida no art. 40.



### **7.5. Procedimentos de transição e finalização do contrato**

**7.5.1.** Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

- a)** Após a finalização dos serviços de demolição, será realizada a vistoria para a emissão do Termo de Recebimento Provisório, que descreverá os possíveis vícios de execução do serviço e que deverão ser corrigidos pela Contratada;
- b)** A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias para sanar os vícios encontrados, podendo esse período ser prorrogado, desde que autorizado pela Contratante;
- c)** Após transcorrido o prazo de observação do serviço, será realizada nova vistoria para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

## **8 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**8.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**8.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

**8.3.** As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**8.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**8.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **8.6. Preposto**

**8.6.1.** A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

**8.6.2.** A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **8.7. Fiscalização**

**8.7.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



### **8.7.2. Fiscalização técnica**

#### **8.7.2.1. Compete ao Fiscal Técnico do Contrato:**

- a)** Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;
- b)** Registrar no Histórico de Gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c)** Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- d)** Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e)** Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;
- f)** Fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na avença, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;
- g)** Comunicar o gestor do contrato, no prazo estabelecido nos termos no inciso VIII do artigo 19 deste Decreto, o término do contrato sob sua responsabilidade, no caso de nova contratação ou prorrogação.

### **8.7.3. Fiscalização administrativa**

#### **8.7.3.1. Compete ao Fiscal Administrativo do Contrato:**

- a)** Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;
- b)** Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada;
- c)** Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária e, em caso de descumprimento, observar as regras da legislação pertinente.

### **8.7.4. Gestor do Contrato**

#### **8.7.4.1. Compete ao Gestor de Contratos:**

- a)** Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, de que dispõe os incisos I e II do artigo 18 do Decreto Municipal nº 2.785/2024;
- b)** Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, no prazo de até 1 (um) mês, contados da instrução do requerimento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;



- c) Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- d) Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa;
- e) Manter atualizado o processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no Histórico de Gerenciamento do Contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração;
- f) Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de que dispõe o inciso I do artigo 18 do Decreto Municipal nº 2.785/2024;
- g) No prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, comunicar à autoridade competente, o término dos contratos, em caso de nova contratação ou prorrogação, visando à solução de continuidade;
- h) Constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do artigo 174 da Lei n.º 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração.

## **9 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

- 9.1.** Os serviços, para fins de medição, serão considerados concluídos para serem inseridos na medição, após a Contratada protocolar o pleito de medição e o Fiscal de Execução do contrato realizar a conferência e ateste dos serviços pleiteados.
- 9.2.** A medição dos serviços será de forma mensal, compatível com o cronograma físico-financeiro.
- 9.3.** O responsável técnico da empresa deverá acompanhar o fiscal na conferência das quantidades de serviços medidos por parte da Contratada e dirimir quaisquer dúvidas que, porventura, surgirem entre as partes.
- 9.4.** Deverão constar no processo de medição:
- a) requerimento** formal de medição devidamente assinado, contendo as informações como número da medição, período da medição e número do contrato. O requerimento deverá constar timbre da empresa, apresentar-se devidamente datado e assinado pelo representante legal;
- b) a planilha de medição**, que deverá apresentar a quantificação de todos os serviços executados, memória de cálculo, período, data e valor da medição, devidamente assinada pelo responsável técnico;
- c) Relatório fotográfico colorido** dos itens medidos (no mínimo 1 foto por item medido) devidamente assinado pelo responsável técnico devendo ainda conter a identificação do local da prestação do serviço;
- d) Diário de execução de serviços**, relatando os serviços executados devidamente assinado pelo responsável técnico.



**9.5.** A Contratada deverá apresentar mensalmente, para fins da liquidação das despesas, as documentações que comprovem cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na contratação, como encargos sociais, trabalhistas previdenciários, securitários, tributários e comerciais:

**a) Anotação de Responsabilidade Técnica** do presente contrato – ART/CREA – **somente na primeira fatura** (Caso a empresa ganhadora da licitação estiver sediada em outro Estado, deverá também providenciar a Certidão de Registro e Regularidade com o visto no CREA-ES, que deverá ser apresentado acompanhado da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica)), conforme o caso;

**b) Certidão Negativa** de Débitos ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa com a Fazenda Pública **da Sede da empresa e do Município de Piúma**, com validade na data da apresentação;

**c) Certidão Negativa de Débitos** ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa com a Fazenda Pública do **Estadual**, com validade na data da apresentação;

**d) Certidão Negativa** de Débitos perante o **Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS**, com validade na data da apresentação;

**e) Certidão Negativa** de Débitos perante o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, com validade na data da apresentação;

**f) Prova de Regularidade** com os Tributos Federais, expedida pela **Secretaria da Receita Federal**, referente aos tributos: PIS, PASEP, COFINS, com validade na data da apresentação;

**g) Prova de Regularidade** com a **Fazenda Pública nacional**, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União, com validade na data da apresentação;

**h) GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência** (Relação de Empregados alocados na prestação dos serviços);

**i) GPS – Guia da Previdência Social;**

**j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** – CNDT – expedida pelo TST – através do endereço eletrônico <http://www.tst.jus.br/certidao>;

**k) Folhas de pagamento analíticas** com competência referente ao mês/meses da obra e/ou serviços de engenharia medidos.

**9.6.** O fiscal responsável deverá fazer a medição “in loco” dos serviços finalizados e entregues.

**9.7.** A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer responsabilidade contratual, nem implica em aceitação definitiva dos serviços executados.

**9.8.** Será permitida apenas 01 (uma) medição por mês.

**9.9.** O pagamento da última medição poderá, a critério da fiscalização, ser condicionado ao Termo de Entrega Definitivo.

**9.10.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada da **comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista**, constada por meio de consulta on-line ao SICAF, quando se tratar de execução de Recurso Federal, ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/21.

**9.10.1.** A **Nota Fiscal só poderá ser emitida após a aprovação** e ordem do Fiscal/Gestor do Contrato.



### **9.11. Prazo de pagamento**

**9.11.1.** O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

**9.11.2.** Ocorrendo erros na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Prefeitura de Piúma.

### **9.12. Forma de pagamento**

**9.12.1.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

**9.12.2.** A Contratada, regularmente optante pelo SIMPLES NACIONAL, deverá apresentar, com a nota fiscal/fatura, declaração conforme modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15 de dezembro de 2004 (substituído pelo Anexo IV constante da IN RFB nº 791, de 10 de dezembro de 2007). Caso não o faça, ficará sujeita à retenção de impostos e contribuições, de acordo com a referida Instrução.

**9.12.3.** O Município de Piúma poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.

### **9.13. Antecipação de pagamento**

**9.13.1.** A presente contratação **NÃO** permite a antecipação de pagamento.

### **9.14. Do reajustamento**

**9.14.1.** Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, a partir de quando poderá haver reajuste, tomando como base a data do orçamento estimado da Administração Municipal, aplicando-se o índice INCC (Índice Nacional da Construção Civil).

**9.14.2.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa ser mais utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

**9.14.3.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, às partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**9.14.4.** O reajuste será realizado por apostilamento, utilizando-se da seguinte fórmula:

$$K = \frac{L_i - L_o}{L_o}$$

Onde:

K= Coeficiente de reajustamento no período

$L_i$  = Índice no mês de aniversário do reajustamento;

$L_o$  = Índice de preços iniciais. Ser o índice INCC do período de apresentação da proposta de licitação.



$$R = M \times K$$

Onde:

R = Valor do reajuste a ser aplicado;

M = Medição com valores da apresentação da proposta de licitação;

K = Coeficiente de reajustamento no período.

#### **9.15. Da matriz de risco e revisão do equilíbrio econômico-financeiro**

**9.15.1.** Matriz de risco é o instrumento que define as responsabilidades do Contratante e do Contratado na execução do contrato. Com base na matriz de risco é que são definidas as diretrizes das cláusulas contratuais.

**9.15.2.** A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na matriz de risco (Anexo do Estudo Técnico Preliminar).

**9.15.3.** A Contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade é do Contratante, conforme estabelecido na matriz de risco.

**9.15.4.** Constitui peça integrante do contrato, independentemente de transcrição no instrumento respectivo, a matriz de risco anexa do Estudo Técnico Preliminar.

**9.15.5.** O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do empreendimento. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere provável prejuízo econômico.

**9.15.6.** A análise dos riscos associados ao empreendimento é realizada com base nas informações da Matriz de Risco.

**9.15.7.** A contratada deverá:

- a)** Ter pleno conhecimento na natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no contrato; e
- b)** Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

**9.15.8.** Sempre que atendidas as condições do Contrato e mantida as disposições da matriz de risco, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

**9.15.9.** A contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de risco.

**9.15.10.** Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

**9.15.11.** Os casos de reequilíbrio econômico-financeiro não são automáticos e deverão ser formalizados por pedido escrito da Administração Pública ou da Contratada, sendo imprescindível a juntada de prova documental que demonstre o fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, bem como



sua significativa interferência na execução do Contrato em vigor, mediante demonstração analítica do aumento de preços invocado, o que será operado por termo aditivo, independentemente de periodicidade mínima.

**9.15.12.** Na hipótese de a empresa contratada solicitar alteração de preços, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de serviços e/ou matérias-primas, da época da assinatura do Contrato e da época da solicitação, para a devida correção etc.

**9.15.13.** A revisão será formalizada por meio de Termo Aditivo, precedida de análise da Procuradoria Geral do Município.

#### **9.16. Dos Aditivos e da alteração de valores contratuais**

**9.16.1.** Os aditamentos contratuais serão formalizados em conformidade com o art. 91, da Lei nº 14.133/2021.

**9.16.2.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**9.16.3.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**9.16.4.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133/2021).

**9.16.5.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

#### **9.17. Do recebimento**

**9.17.1.** O Objeto do contrato será recebido, provisoriamente, no prazo de 20 (vinte) dias após seu término e da comunicação escrita da Contratada, pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, a, da Lei 14.133/21).

**9.17.2.** O serviço será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de até 30 (trinta) dias.

**9.17.3.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto, sob pena de rejeição do serviço.

**9.17.4.** A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução



ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**9.17.5.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021)

**9.17.6.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **10 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**10.1.1.** A Contratada será selecionada por meio da realização de procedimento de **licitação**, na modalidade **Concorrência**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço**.

### **10.2. Regime de execução**

**10.2.1.** O regime de execução do contrato será de **empreitada por preço unitário**.

### **10.3. Critérios para a elaboração da proposta**

**10.3.1.** A proposta de preços será dividida entre **Orçamento sintético** (planilha com descrição dos itens, quantidades, valores unitários com e sem BDI e valores globais) e quando solicitado pela Comissão Licitatória, **Orçamento analítico** (Composição de custo de todos os itens, cronograma físico-financeiro, detalhamento do BDI e detalhamento dos encargos sociais).

**10.3.2.** Após a fase de lances, a Licitante melhor classificada será convocada para reelaborar e apresentar à Administração a proposta de preços adequada ao seu último lance, juntamente com o **Orçamento Sintético** indicando os quantitativos e custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração;

**10.3.3.** Juntamente com a proposta de preços atualizada, na forma do item anterior, em caso de solicitado pela equipe licitatória, a licitante melhor classificada deverá apresentar de forma atualizada, o Orçamento Analítico (Composição detalhada das especificações e dos custos dos preços unitários de todos os itens da planilha orçamentária, discriminando as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços, o Cronograma Físico-Financeiro e critérios de pagamentos, bem como o detalhamento das bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais);

**10.3.4.** Nas propostas, serão consideradas obrigatoriamente:

**a)** Preço unitário de cada item da planilha orçamentária e global, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), obedecidos os limites de preços fixados no presente instrumento e observando as especificações técnicas, Planilha Orçamentária e demais condições previstas neste Projeto Básico e no Edital;



**b)** Inclusão de todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto e todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

**c)** prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão da licitação.

**10.3.5.** Na composição dos preços unitários a licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, equipamentos e serviços;

**10.3.6.** A licitante deverá apresentar os preços unitários e detalhamento dos encargos sociais e de BDI;

**10.3.7.** Todos os dados informados pela licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;

**10.3.8.** Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas;

**10.3.9.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

**10.3.10.** As licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas.

**10.3.11.** A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Termo e no Edital e seus anexos.

**10.3.12.** Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

#### **10.4. Critérios de aceitabilidade de preços**

**10.4.1.** Para o objeto sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

**a)** Valor global: conforme valor estimado da licitação;

**b)** Custos unitários relevantes: Definidos como os itens que possuem valor individual igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação, ordenados pela Curva ABC publicada pela Administração.

**c)** O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários, conforme modelo da planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço (art. 59, § 3º, da Lei nº 14.133/2021).

**d)** Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

**e)** Serão analisados os preços globais e unitários, visando identificar possíveis disparidades de preços apresentadas, supostamente, excessivamente elevados ou manifestadamente inexequíveis.

**f)** Os preços globais e unitários não poderão ultrapassar os valores orçados pelo Município, constantes no orçamento base da Administração, tanto na planilha principal quanto nas composições unitárias.



### **10.5. Exigências de habilitação técnica**

**10.5.1.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **10.6. Qualificação Técnica Operacional**

**10.6.1.** Comprovação de Registro ou inscrição da empresa (Pessoa Jurídica) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, válido na data da habilitação;

**10.6.2.** Caso a empresa vencedora da licitação esteja sediada em outro Estado, deverá apresentar no ato da assinatura do CONTRATO “VISTO” no CREA-ES ou CAU – ES, na forma da Resolução 413/47 – CONFEA;

**10.6.3.** Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado. As certidões ou atestados, deverão ser devidamente assinados, carimbados, e preferencialmente em papel timbrado da empresa ou órgão tomador do serviço.

**10.6.4.** A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### **10.7. Qualificação Técnica Profissional**

**10.7.1.** Registro ou Inscrição do responsável técnico indicado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da região da sede da empresa.

**10.7.2.** Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente profissional devidamente reconhecido pelo CREA ou CAU, de nível superior, e que seja detentor de no mínimo 1 (uma) Certidão de Acervo Técnico por execução de serviços/obra de características semelhantes

**10.7.3.** O responsável técnico indicado poderá ocupar a posição de diretor, sócio ou integrar o quadro permanente da empresa ou consórcio licitante na condição de empregado ou de prestador de serviços, devendo ser comprovada sua vinculação com a licitante, até a data da apresentação dos documentos de habilitação, por meio de carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contrato de prestação de serviços, ficha de registro de empregado ou contrato social, conforme o caso;

**10.7.4.** O contrato de prestação de serviços que se refira à obrigação futura do profissional em responder tecnicamente pela licitante deverá especificar sua vinculação à execução integral do serviço objeto desta licitação;

**10.7.5.** O profissional indicado pela licitante para fins de comprovação da capacidade técnica-profissional deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de expe-



riência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. Para essa substituição, a qualificação técnica do profissional substituto deverá atender as mesmas exigências deste Edital;

**10.7.6.** A certidão de acervo técnico deverá referir-se às atividades técnicas que façam parte das atribuições legais do profissional.

**10.7.7.** Será admitido o somatório de atestados para comprovação da experiência anterior do Responsável Técnico, podendo inclusive indicar mais de um Responsável Técnico, na execução de todos os serviços discriminados.

**10.7.8.** No caso de duas ou mais licitantes indicarem o mesmo profissional como responsável Técnico, todas serão inabilitadas (Acórdão 00237/2022-1 – Plenário TCE-ES).

**10.7.9.** Não serão aceitos atestados e/ou certidões de acervos parciais, referentes a obras e/ou serviços como contratos rescindidos unilateralmente, exceto nos casos previstos no Art. 137 da Lei 14.133/2021 incisos V e VIII. Também não serão aceitos atestado(s) ou CAT(s) de projeto, fiscalização, supervisão, gerenciamento, controle tecnológico ou assessoria técnica de obras. O responsável técnico deverá apresentar Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica junto ao respectivo Conselho de Classe na jurisdição do Estado do Espírito Santo.

**10.7.10.** Caso os atestados e/ou certidões de acervos sejam parciais, deverá ser apresentada prova de que o contrato originador não está vigente ou foi rescindido por mútuo acordo.

**10.7.11.** A Contratada deverá apresentar DECLARAÇÃO expressa, em papel timbrado, de que disponibilizará instalações, veículos, equipamentos e pessoal adequado e suficiente para a realização do objeto da licitação.

**10.7.12.** A Contratante poderá a seu critério, mediante justificativa técnica, determinar a complementação ou substituição de qualquer dos equipamentos disponibilizados, a fim de melhorar a eficiência da execução contratual, sem que isso implique em reequilíbrio de custos.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE**

### **11.1. Obrigações da Contratada**

**11.1.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico, com alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste documento e em sua proposta.

**11.1.2.** Respeitar a legislação federal, estadual e municipal, principalmente aquela que interfira diretamente na execução dos serviços, bem como: acordos, convenções coletivas, sentenças ou acórdãos normativos vigentes relacionados com a mão de obra que prestará serviços, observando e cumprindo fielmente suas determinações;

**11.1.3.** Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase de Licitação (Lei nº 14.133/2021, art. 92, XVI), devendo apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitado pela



fiscalização da Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, sob pena de abertura do processo administrativo para apuração de irregularidades na execução do presente contrato, com eventual aplicação das penalidades descritas no Edital e/ou Contrato;

**11.1.4.** Executar todas as etapas dos serviços, com as fases programadas em conjunto com a Fiscalização do Contrato;

**11.1.5.** Apresentar, antes de iniciar os serviços, à fiscalização do contrato, a documentação dos funcionários comprovando o vínculo empregatício;

**11.1.6.** Emitir a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço, nos termos das normas pertinentes;

**11.1.7.** A Contratada deverá verificar todas as medidas no local, antes do início dos serviços, e qualquer divergência encontrada comunicarem à Contratante, sob pena de não poder questioná-las posteriormente;

**11.1.8.** Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do presente contrato;

**11.1.9.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**11.1.10.** Zelar para que seus empregados, envolvidos na prestação dos serviços contratados se apresentem convenientemente trajados e devidamente identificados, fornecendo uniformes e os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e coletiva (EPC), onde couber, em acordo à legislação de segurança inerente aos serviços;

**11.1.11.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, durante o período de execução do objeto, bem como propiciar todas as facilidades indispensáveis à fiscalização de sua execução;

**11.1.12.** Atender as determinações legais do servidor designado para acompanhar a execução do serviço, bem como dirimir, junto ao mesmo, as possíveis dúvidas na leitura e interpretação dos projetos técnicos;

**11.1.12.1.** Permitir livre acesso dos fiscais do contrato, Gestor e dos órgãos de controle interno e externo da União, aos documentos e registros contábeis da contratada.

**11.1.13.** Responsabilizar-se pela estrita observância das normas de segurança interna e aquelas determinadas pelo Ministério do Trabalho;

**11.1.14.** Os serviços deverão ser executados conforme especificações anexas, cabendo à Contratada a total responsabilidade pela perfeita execução e funcionamento dos mesmos, sem qualquer ônus adicional à Administração;

**11.1.15.** Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar a este Órgão ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras



cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, em especial aos artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**11.1.16.** Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Contratante na execução dos serviços;

**11.1.17.** A Contratada deverá manter em perfeito estado de limpeza os locais afetados pela execução dos serviços, recolhendo os entulhos, dando-lhes o destino adequado e proceder à cuidadosa limpeza no local ao final da execução;

**11.1.18.** A Contratada deverá manter caçamba de entulho no serviço, enquanto o mesmo estiver gerando resíduos e descartar corretamente os resíduos de acordo com as normas da ABNT, Vigilância Sanitária e demais órgãos de controle ambientais;

**11.1.19.** Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços objeto deste Projeto Básico, ficando, ainda, a Contratante isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

**11.1.20.** Entregar o objeto contratado conforme cronograma físico-financeiro, anexo IV.

**11.1.21.** A Contratada deverá designar um preposto, aceito pela administração, para representá-la na execução do contrato, informando nome completo, CPF, e-mail e telefone de contato e substituto em suas ausências;

**11.1.22.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o serviço contratado, sem a prévia e expressa anuência da Fiscalização do Contrato e Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura;

**11.1.23.** No interesse do cumprimento do contrato, a fiscalização da Contratante poderá exigir, por escrito, e justificar, a substituição de empregados da empresa Contratada, que deverá cumprir a exigência no prazo de dois dias úteis;

**11.1.24.** A Contratada deverá reforçar a sua equipe de técnicos e operacionais no local de execução do serviço, caso fique constatada insuficiência da mesma, a fim de permitir a perfeita execução dos serviços ora contratados e manter, durante toda a execução dos serviços, responsável técnico atuante e com devido registro;

**11.1.25.** Todos os materiais a serem utilizados deverão ser adequados à finalidade que se destinam. Deverão obedecer às especificações do presente memorial, às normas da ABNT, no que couber e, na falta dessas ter suas características reconhecidas em certificados ou laudos emitidos por laboratórios tecnológicos idôneos;

**11.1.25.1.** A contratada deverá responsabilizar-se pela qualidade dos serviços executados, inclusive pela promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado;

**11.1.26.** Em cumprimento à Lei Municipal nº 2.319/2019 c/c art. 25, § 9º, II da Lei nº 14.133/2021, as pessoas jurídicas vencedoras de licitação e contratadas pelo Município de Piúma, ficam obrigadas a admitirem e manterem cidadãos piumenses egressos das unidades do sistema prisional do Estado do Es-



pírito Santo como mão de obra para execução de serviços ou obras públicas, nas seguintes proporções:

I – Até 6 (seis) postos de trabalho: admissão facultativa;

II – De 6 (seis) a 10 (dez) postos de trabalho: 1 (uma) vaga com prioridade para egresso;

III – acima de 10 (dez) postos de trabalho: 10% (dez por cento) das vagas com prioridade para egressos, arredondando-se para mais 1 (um) sempre que o resultado não significar número inteiro.

**11.1.27.** A contratada deverá apresentar à Secretaria Municipal de Assistência Social, em até 10 (dez) dias após a Ordem de Serviço, o quantitativo de postos de trabalho e o número reservado a egressos, bem como seu endereço eletrônico para comunicação.

**11.1.28.** Em até 03 (três) dias após a sua entrega, a Secretaria Municipal de Assistência Social encaminhará a empresa a lista de egressos cadastrados em seu banco de dados.

**11.1.29.** A contratada terá até 15 (quinze) dias para realizar a contratação dos egressos, comunicando o fato à Secretaria Municipal de Assistência Social.

**11.1.30.** Caso não haja cadastro de egressos na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme previsto na Lei Municipal nº 2.319/2019, a empresa contratada ficará isenta de tal obrigação.

**11.1.31.** O não cumprimento deste item ensejará a aplicação de multa contratual e suspensão do pagamento devido até a comprovação, conforme cláusula de penalidades.

**11.1.32.** A inobservância das disposições deste item, pelo prazo superior a 03 (três) meses após a Ordem de Serviço, constituirá descumprimento contratual absoluto, o que implicará na rescisão do contrato, sem prejuízo de outras sanções, além das já previstas, momento em que será pago o serviço ou a mão de obra até então realizada.

**11.1.33.** Será motivo de revogação unilateral do contrato a ocorrência de qualquer caso de discriminação contra os egressos no âmbito da empresa contratada e de suas atividades, seja em questões remuneratórias ou por tratamento diferenciado frente aos seus demais empregados, assegurado o direito de defesa.

**11.1.34.** A Contratada manterá organizada, limpa e em bom estado de higiene as instalações do canteiro de serviço, especialmente as vias de circulação, passagens e escadarias, refeitórios e alojamentos, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral.

**11.1.35.** A Contratada deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais, obstruir portas e saídas de emergências e impedir o acesso de equipamentos de combate a incêndio.

**11.1.36.** Elaborar diário de Obra, incluindo diariamente, pelo responsável técnico, as informações sobre o andamento da obra, tais como, número de funcionários, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registros de ocorrências e outros fatos relacionados.

**11.1.37.** Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 2.061, de 20 de dezembro de 2021.

**11.1.38.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição



de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**11.1.39.** A Contratada deverá, mediante prévia autorização da SEINFRA, desviar e organizar o trânsito no local que será executada a obra, sinalizando adequadamente e disponibilizando todo material necessário, sem gerar ônus para a Contratante.

## **11.2. Obrigações da Contratante**

**11.2.1.** Acompanhar, fiscalizar e conferir os serviços solicitados de acordo com as suas especificações.

**11.2.2.** Designar formalmente um servidor para acompanhar e fiscalizar a execução da autorização de fornecimento ou instrumentos equivalentes.

**11.2.3.** Rejeitar o todo ou em parte o recebimento dos serviços fora das especificações ou em desacordo com as obrigações assumidas neste instrumento.

**11.2.4.** Notificar a Contratada em razão de qualquer descumprimento das obrigações avençadas, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;

**11.2.5.** Penalizar a Contratada por descumprimento de obrigações avençadas, na forma da lei;

**11.2.6.** Atestar as notas fiscais correspondentes após o recebimento das medições conferidas.

**11.2.7.** Efetuar o pagamento devido, nas condições estabelecidas.

**11.2.8.** Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados ao Município.

**11.2.9.** Proporcionar a Contratada condições e facilidades que estejam ao seu alcance para que esta possa exercer o objeto contratual de forma satisfatória;

**11.2.10.** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada.

## **12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a)** Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** Der causa à inexecução total do contrato;
- d)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**12.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**12.2.1. Advertência,** quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);



**12.2.2. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.2.4. Multa:**

**I)** Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

**II)** Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

**a)** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**III)** Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.

**IV)** Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.

**V)** Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

**VI)** Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 4% a 6% do valor do Contrato.

**VII)** Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as demais infrações a serem analisadas pontualmente pela Administração.

**12.3.** As razões para a inexecução parcial de um contrato de obra podem ser diversas e incluem atrasos na execução, falhas na qualidade do trabalho, não cumprimento de prazos, entre outros problemas. Essa situação pode causar prejuízos financeiros, atrasos no cronograma e, em alguns casos, impactar a qualidade final da obra.

**12.4.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**12.5.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.5.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.5.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).



**12.5.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**12.6.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.7.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a)** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** As peculiaridades do caso concreto;
- c)** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e)** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.8.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**12.9.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

**12.10.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

**12.11.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

### **13. CONTEÚDO DO PROJETO BÁSICO**

**13.1.** Integram este Projeto Básico:

ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar (fls.06-30);

ANEXO II – Planta Baixa (fls.31);



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO - CPC

**PROC. 10359/2025**

**FLS. \_\_\_\_\_**

ANEXO III – Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo e RRT (fls.32-35);

ANEXO IV – Cronograma Físico e Financeiro (fls. 36);

ANEXO V – BDI (fls.37);

ANEXO VI – Curva ABC (fls. 38);

ANEXO VII – Memorial Descritivo (fls. 39-42);

ANEXO VIII – Documentos extraídos dos Processos Administrativos nº 1413/2024 e apensos (fls.43-49);

ANEXO IX – Relatório fotográfico (fls.50-55).

Piúma-ES, 10 de abril de 2026.

## **Elaboração do Projeto Básico**

O Projeto Básico foi elaborado pelo servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços.

**DIEGO SILVA ASTAURETE**

Gerente Setorial de Atividades e Projetos de Engenharia

Mat. 10.771

## **Aprovação do Projeto Básico**

Acato as informações contidas neste Projeto Básico e as dou como boas, firmes e dentro das necessidades deste órgão.

**JOSÉ AUGUSTO DE ANDRADE**

Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural

Decreto nº 3.298/2026



**APÊNDICE I – A (Estudo Técnico Preliminar)**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

O presente Estudo Técnico tem por fim encontrar a melhor solução para atender a demanda de serviços de demolição de imóvel irregular, abandonado, e em risco de desabamento, localizado à Rua Paulo Pires Coelho, 25, Bairro Niterói, no Município de Piúma/ES.

**1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

O Imóvel abandonado, localizado à Rua Paulo Pires Coelho, 25, Bairro Niterói, no Município de Piúma/ES, requer intervenções emergenciais para demolição, pois apresenta deterioração estrutural que comprometem sua estabilidade e segurança do local.

Após denúncia recebida quanto a um imóvel abandonado, com estrutura comprometida e com grande risco de desabar na residência que se encontra abaixo da edificação, localizado à Rua Paulo Pires Coelho, 25, Bairro Niterói, no Município de Piúma/ES, a Defesa Civil Municipal dirigiu-se ao local, acompanhada de um profissional técnico, Engenheiro, e constataram que de fato a edificação abandonada requer intervenções emergenciais para demolição, pois apresenta deterioração estrutural que comprometem sua estabilidade e segurança do local (Processo Administrativo de nº 4007/2023).

Ainda em informações extraídas do Processo Administrativo de nº 1413/2024, além das observações já mencionadas no Laudo Técnico existente no Processo Administrativo de nº 4007/2023, conforme se-guem anexo, se faz necessário ressaltar o difícil acesso ao imóvel em risco de desabamento, haja vista que o seu único acesso é por um “beco”, o que dificulta o uso de maquinários para a perfeita e correta execução dos serviços.

Alertando inclusive, que para a execução dos serviços de demolição do imóvel, se faz necessário a contratação de empresa especializada com experiência em demolição, que utilizam mão de obra especializada e equipamentos adequados para o tipo de serviço a ser efetuado no local, a fim de evitar riscos à estrutura das construções vizinhas.

É importante ressaltar que por estar o imóvel com sua estrutura comprometida, apresentando risco iminente e insuperável de desabamento, a sua recuperação se torna inviável e a demolição é a única medida imediata e indispensável.

Nesta etapa emergencial, estão previstas a demolição controlada do edifício e a remoção imediata de todos os entulhos e resíduos, seguida de limpeza do local. Tais serviços têm como objetivo principal eliminar permanentemente o foco de risco de colapso, impedir a ocorrência de acidentes e restaurar as condições de segurança na área afetada.

As intervenções propostas atendem diretamente ao interesse público e à segurança da coletividade, garantindo a proteção da vida humana, o patrimônio dos moradores e a minimização de danos, sendo esta a solução mais responsável e tecnicamente justificável diante da ameaça estrutural.



## **2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

Atualmente, o Município elaborou o Plano Anual de Contratações (PAC) para o período vigente. No entanto, a demanda de demolição do imóvel surgiu de forma superveniente, em razão de situação comprovada de risco e necessidade imediata de intervenção, visando a segurança da população, e não foi contemplada inicialmente no PAC.

Apesar disso, as despesas para essa finalidade estão devidamente previstas tanto na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 quanto no Plano Plurianual (PPA).

## **3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO**

### **a) Caracterização do tipo de serviços:**

A solução técnica proposta para atender à necessidade de remoção da edificação envolve a execução de serviços de engenharia especializados, cuja complexidade e impacto exigem o cumprimento de requisitos técnicos, funcionais e legais devidamente estabelecidos neste instrumento e no futuro termo de referência.

O objeto desta contratação é caracterizado como serviço comum, pois os serviços possuem técnica de execução plenamente conhecida pelo mercado da engenharia e apresentam procedimentos de execução bem definidos, inclusive quanto aos aspectos de qualidade e desempenho, conforme assevera o inciso XII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XI - serviço: atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração;

(...)

XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea “a” deste inciso;

E definido nos termos do Tópico 6 da Orientação Técnica IBR 002/2009:

Serviço de Engenharia é toda a atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66, tais como: consertar, instalar, montar, operar, conservar, reparar, adaptar, manter, transportar, ou ainda, demolir. Incluem-se nesta definição as



atividades profissionais referentes aos serviços técnicos profissionais especializados de projetos e planejamentos, estudos técnicos, pareceres, perícias, avaliações, assessorias, consultorias, auditorias, fiscalização, supervisão ou gerenciamento.

**b) Locais de Execução:**

O serviço será executado, no Imóvel abandonado, localizado à Rua Paulo Pires Coelho, 25, Bairro Niterói, no Município de Piúma/ES Piúma-ES.

**c) Tipo de Licitação/ Modalidade de Licitação:**

A modalidade a ser aplicada será **concorrência eletrônica**, com critério de julgamento **menor preço**, na forma de **execução indireta**, sob o regime de execução de **empreitada por preço unitário**.

A escolha da concorrência eletrônica fundamenta-se no disposto na Lei nº 14.133/2021, sendo a modalidade que garante ampla participação de interessados, transparência do certame e isonomia entre os licitantes. Tal escolha observa ainda os princípios da economicidade, eficiência, celeridade, impessoalidade e publicidade, que regem as contratações públicas.

**d) Subcontratação:**

É vedada a subcontratação total do objeto deste contrato.

É permitida a subcontratação parcial do objeto, limitada a até 20% (vinte por cento) do valor total contratual, observadas as seguintes condições:

- O subcontratado deverá possuir qualificação técnica compatível com as atividades a serem realizadas;
- A subcontratação deverá ser previamente autorizada pela Administração contratante;
- O contratado é integralmente responsável pela execução do contrato, cabendo-lhe supervisionar, coordenar e responder pelos atos e omissões do subcontratado, garantindo o cumprimento rigoroso das obrigações contratuais relativas ao objeto subcontratado.

A autorização para subcontratação dependerá da análise e aprovação da Administração, que avaliará a documentação comprobatória da capacidade técnica do subcontratado, a qual será juntada aos autos do processo.

É vedada a subcontratação a pessoas físicas ou jurídicas que possuam qualquer vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público envolvido na contratação, fiscalização ou gestão do contrato; bem como àquelas que tenham como dirigente, sócio ou equiparado cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau desses agentes públicos.

**e) Consórcio:**



Não será permitida a participação de consórcios. A vedação se justifica na medida em que nas contratações de serviços como a apresentada é comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, as quais, em sua maioria, apresentam requisitos mínimos exigidos no tocante à recursos e expertise, condições suficientes para execução de contratos dessa natureza.

A vedação de participação de empresas constituídas na forma de consórcio, para o caso em questão, é a melhor opção, vez que atende ao interesse público, prestigiando os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

**f) Requisitos de Sustentabilidade:**

- 1)** Os serviços prestados pela Contratada deverão observar rigorosamente as normas técnicas de proteção ambiental em todos os serviços prestados de forma a promover o uso racional de recursos e equipamentos, minimizando a geração de resíduos, a fim de atender as diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela Contratante.
- 2)** A Contratada deverá implementar medidas para reduzir o consumo de água, energia e outros recursos naturais, bem como, orientar todos seus empregados para as medidas a serem seguidas.
- 3)** A Contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.
- 4)** A contratada deverá executar os serviços de forma a minimizar os possíveis impactos ambientais sobre os elementos naturais (flora, fauna, recursos hídricos etc.) existentes no local da realização.

**g) Garantia da Contratação – Garantia da Execução do Contrato (art. 96, Lei nº 14.133/2021)**

- 1)** O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/21, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.
- 2)** No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da assinatura do contrato, a Contratada deverá apresentar comprovante da prestação de garantia, podendo optar por:
  - 2.1)** Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
  - 2.2)** Seguro-garantia;
  - 2.3)** Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- 3)** Caso a Contratada optar pela modalidade prevista na alínea “b.2” do item anterior, terá o prazo mínimo de 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato para prestação da garantia.



- 4) A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observando o máximo de 2% (dois por cento).
- 5) A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 5.1) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 5.2) Prejuízos diretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 5.3) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada;
- 5.4) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.
- 6) A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. Em ambos os casos o prazo para liberação ou restituição será de até 90 (noventa) dias.
- 7) O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;
- 8) O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.
- 9) Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.
- 10) Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133/21 (art. 59, §5º).

**h) Critérios de habilitação técnica:**

**1) Para qualificação técnica operacional:**

- 1.1) Comprovação de Registro ou inscrição da empresa (Pessoa Jurídica) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, válido na data da habilitação;
- 1.1.a) Caso a empresa vencedora da licitação esteja sediada em outro Estado, deverá apresentar no ato da assinatura do CONTRATO “VISTO” no CREA-ES ou CAU – ES, na forma da Resolução 413/47 – CONFEA;
- 1.2) Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado. As certidões ou atestados,



deverão ser devidamente assinados, carimbados, e preferencialmente em papel timbrado da empresa ou órgão tomador do serviço.

**1.3)** A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**2) Para qualificação técnica profissional:**

**2.1)** Registro ou Inscrição do responsável técnico indicado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da região da sede da empresa.

**2.2)** Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente profissional devidamente reconhecido pelo CREA ou CAU, de nível superior, e que seja detentor de no mínimo 1 (uma) Certidão de Acervo Técnico por execução de serviços/obra de características semelhantes

**i) Vistoria**

**1)** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 15 horas.

**2)** Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, os quais poderão ser agendados através do telefone 28 3520-6500 ou e-mail [engenharia@piuma.es.gov.br](mailto:engenharia@piuma.es.gov.br).

**3)** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**4)** Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**5)** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

**j) Dimensão do serviço:**

A dimensão do serviço a ser executado é de 71,50 m<sup>2</sup> (setenta e um vírgula cinquenta metros quadrados).

**k) Setor Beneficiado:** Assistência Social e Habitação.

**l) Tipo de Intervenção:** Demolição.

**m) Objeto de intervenção:** Unidade habitacional.



#### **4. LEVANTAMENTO DO MERCADO**

As soluções disponíveis no mercado para que seja atendida a necessidade da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural, quanto a demolição do imóvel são:

**Solução 01** – Execução por conta própria – nesta solução o próprio Município realiza o serviço, com equipamentos e pessoal próprios.

A solução demonstra total inviabilidade, tanto em função do corpo técnico qualificado insuficiente, quanto da inexistência de equipamentos, materiais e maquinário que possibilitem atender a demanda de serviço.

**Solução 02** – Realizar a contratação de empresa especializada através de processo de contratação único para a execução dos serviços, sendo por conta da empresa tantos os profissionais, veículo e equipamentos necessários, responsabilizando-se por todas as etapas necessárias provenientes da demolição do imóvel.

A solução é recomendável, em razão da eficiência burocrática, e melhor gestão da contratual.

Por se tratar de serviço de engenharia, os preços unitários de origem do orçamento devem ser obtidos, preferencialmente, através das Tabelas Referenciais.

A execução dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de demolição total do imóvel localizado à Rua Paulo Pires Coelho, 25, Bairro Niterói, no Município de Piúma/ES, cuja estrutura foi classificada como de risco iminente de colapso, compreenderá o fornecimento de materiais específicos e a disponibilização de mão de obra qualificada e habilitada para tal serviço.

Os serviços serão executados em estrita conformidade com o presente Estudo Técnico Preliminar, bem como com os memoriais descritivos, especificações técnicas e planilhas orçamentárias que integram o processo.

A metodologia executiva deverá observar, obrigatoriamente, as normas técnicas vigentes (ABNT e demais aplicáveis) e, de forma subsidiária, as recomendações dos fabricantes dos materiais e equipamentos empregados.

A demolição será realizada de forma controlada para garantir a segurança dos trabalhadores, da vizinhança e do patrimônio circundante. Por se tratar de imóvel de difícil acesso, haja vista que o seu único acesso é por um “beco”, e estar em risco de desabamento, o uso de maquinários para a perfeita e correta execução dos serviços encontra-se prejudicado.



Assim, considerando a localização do imóvel em área de difícil acesso e a proximidade com outras edificações, a solução compreende obrigatoriamente a exigência de seguro de responsabilidade civil para cobertura de eventuais sinistros que atinjam o patrimônio de terceiros ou a integridade física de transeuntes durante as etapas de demolição e remoção de entulho.

Cada etapa dos serviços seguirá procedimentos específicos, devidamente detalhados no memorial descritivo elaborado pela equipe técnica responsável, assegurando padronização, qualidade e segurança na execução.

As unidades de medida utilizadas para quantificação dos serviços, bem como os respectivos preços unitários, estarão expressamente definidos na planilha orçamentária, cujos quantitativos decorrerão de levantamento detalhado com base nos projetos técnicos e nas necessidades inerentes à execução da obra. A empresa contratada deverá, sempre que possível, priorizar a utilização de insumos, materiais e mão de obra disponíveis no Município, promovendo a valorização da economia local, sem prejuízo da qualidade técnica exigida para a execução contratual.

#### **6. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO**

As quantidades dos serviços a serem contratados foram estimadas por meio de levantamento técnico preliminar, baseado em vistoria presencial realizada no local, memórias de cálculo, planilha orçamentária e demais documentos que instruem este Estudo Técnico Preliminar. Os quantitativos apresentados refletem o levantamento detalhado das necessidades do serviço, garantindo maior precisão no dimensionamento dos serviços a executar e maior segurança na composição dos custos previstos.

#### **7. ESTIMATIVA DO PREÇO**

O valor estimado da contratação pretendida é de **R\$ 51.379,87 (cinquenta e um mil, trezentos e setenta e nove reais e oitenta e sete centavos)**, conforme detalhado na **planilha orçamentária** que acompanha este estudo.

A composição dos preços foi realizada com base em pesquisa referenciada em parâmetros oficiais de mercado, adotando-se as seguintes fontes:

- DER/ES – Edificações, Referência Técnica: 01/2026;

A utilização dessas referências assegura a adequação dos valores à realidade de mercado, garantindo maior precisão orçamentária, transparência e observância aos princípios da economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### **8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO**

Considerando a natureza dos serviços a serem contratados, que requerem uma abordagem integrada e contínua, não se vislumbra a necessidade de parcelamento da solução. Optar por um contrato único simplifica a gestão e a execução dos serviços, promovendo a eficiência na administração dos recursos públicos.



O eventual parcelamento do objeto, com a contratação de empresas distintas, acarretaria riscos relevantes de:

- **desarticulação entre as fases da execução**, prejudicando a uniformidade e a padronização do serviço;
- **atrasos no cronograma**, uma vez que a dependência sequencial das etapas geraria efeito cascata em caso de inadimplemento parcial;
- **aumento dos custos indiretos**, sobretudo com mão de obra, logística e fiscalização;
- **fragilidade na fiscalização administrativa**, que teria de gerir múltiplos contratos e responsáveis técnicos;
- **comprometimento da qualidade final da obra**, com riscos de incompatibilidades técnicas entre os serviços executados por empresas diferentes.

À luz do art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que veda o fracionamento indevido do objeto e impõe a contratação da forma mais vantajosa ao interesse público, conclui-se que o parcelamento da solução é tecnicamente inviável e economicamente desaconselhável.

Assim, a contratação deve ser conduzida de forma unitária, assegurando a integração entre todas as etapas, a eficiência do cronograma, a economicidade e a qualidade final do serviço prestado.

## **9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Considerando o escopo da presente contratação, não existem contratos vigentes que possam ser considerados correlatos ou interdependentes ao serviço de imóvel irregular, abandonado, e em risco de desabamento, localizado à Rua Paulo Pires Coelho, 25, Bairro Niterói, no Município de Piúma/ES.

## **10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Com a execução dos serviços de demolição de imóvel irregular, abandonado, e em risco de desabamento, localizado à Rua Paulo Pires Coelho, 25, Bairro Niterói, no Município de Piúma/ES pretende alcançar os seguintes resultados:

### **1. Eliminação do risco de desabamento das edificações**

- A edificação apresenta uma série de problemas estruturais que comprometem sua estabilidade e segurança. A fundação comprometida, as trincas e deformações nas paredes, o desgaste nas vigas e pilares, bem como infiltrações e umidade.

### **2. Segurança dos moradores e Preservação da integridade física**

- As intervenções propostas garantem a proteção da vida humana, o patrimônio dos moradores e a minimização de possíveis danos decorrentes da instabilidade estrutural dessas construções.



**3. Redução de gastos públicos futuros**

- minimizar a necessidade de intervenções emergenciais e os custos associados a sinistros provocados por falhas estruturais.

**4. Promoção da segurança urbana e da qualidade de vida no entorno**

- Garantia de condições adequadas de habitabilidade, infraestrutura e salubridade, em consonância com o interesse público.

Em resumo, esses são os principais resultados que o Município espera alcançar ao investir na demolição do imóvel.

**11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CONTRATAÇÃO**

As providências a serem adotadas são:

- Definição dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização contratual;
- Treinamento da equipe de fiscalização contratual;
- Certificar-se da existência dos documentos técnicos pertinentes à pretendida contratação juntamente com as ART's (Anotações de Responsabilidade Técnicas);
- Definição dos planos de trabalho com vistas à boa execução contratual;
- Levantamento de informações essenciais para o planejamento da contratação, como acessos, condições estruturais, riscos potenciais e interferências com redes públicas ou privadas.
- Acompanhamento rigoroso das ações previstas nos projetos apresentados para a realização do objeto a ser contratado.

**12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E DAS RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS QUE PODEM SER ADOTADAS**

A realização dos serviços de demolição de residências pode gerar impactos ambientais, tanto diretos quanto indiretos, cuja intensidade dependerá da localização da área, da escala da intervenção e da proximidade com zonas ambientalmente sensíveis.

**1. Impactos Ambientais:**

A execução dos serviços de demolição pode causar diversos impactos ambientais, como a emissão de poeira e partículas que comprometem a qualidade do ar e podem afetar a saúde de trabalhadores e moradores próximos. O ruído e as vibrações gerados pelos equipamentos podem perturbar a tranquilidade da comunidade local, afetando seu bem-estar. A geração de resíduos sólidos, especialmente entulho, pode provocar poluição do solo, obstrução de vias públicas e riscos à saúde pública. Além disso, há o risco de contaminação das águas pluviais e subterrâneas devido ao possível



contato de materiais poluentes com a rede de drenagem. A fauna urbana local pode ser afetada pela destruição temporária de habitats e pelo estresse causado às espécies residentes ou transitórias. Por fim, a movimentação intensa de máquinas e veículos pode gerar interferência no tráfego, aumentando o risco de acidentes e causando transtornos para os moradores.

## **2. Medidas Mitigadoras e Tratamentos:**

Para minimizar esses impactos, devem ser adotadas medidas como o controle da poeira por meio da aspersão de água durante a demolição, além do uso obrigatório de equipamentos de proteção individual pelos trabalhadores. O ruído deve ser reduzido com a manutenção adequada dos maquinários e limitação dos horários de operação, com comunicação prévia à comunidade. A gestão dos resíduos deve incluir a separação e reaproveitamento de materiais, bem como a destinação correta do entulho em locais licenciados. A prevenção da contaminação das águas requer a instalação de barreiras físicas para contenção, limpeza imediata de derramamentos e monitoramento da qualidade da água. Para proteger a fauna urbana, recomenda-se realizar inspeções prévias para identificar ninhos, evitar intervenções em períodos sensíveis e realocar animais com autorização ambiental.

## **13. MAPEAMENTO DOS RISCOS**

O mapeamento de riscos se configura como uma ferramenta para a identificação, avaliação e gerenciamento proativo de riscos que podem comprometer o sucesso de uma contratação e sua gestão posterior. Através dessa metodologia, é possível:

- Identificar os riscos potenciais;
- Analisar os riscos com a avaliação da probabilidade e do impacto de cada risco;
- Definir estratégias de tratamento para cada risco (ações preventivas e contingências);
- Atribuir responsabilidades.

Na elaboração do mapeamento dos riscos, após a identificação e classificação, ocorre a mensuração de sua probabilidade de ocorrência e o impacto, atribuindo valor a cada nível. Essa mensuração é estabelecida utilizando-se meios quantitativos e/ou qualitativos.

A classificação dos riscos resultará no nível de risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato.

| <b>Escala de Probabilidade (P) – associada às chances do risco ocorrer</b> |                                                                                                                                                |              |
|----------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| <b>Descritor</b>                                                           | <b>Descrição</b>                                                                                                                               | <b>Nível</b> |
| Muito baixa                                                                | Evento extraordinário ou improvável – sem histórico de ocorrência, poderá até ocorrer, mas nada nas circunstâncias indicam essa possibilidade. | 1            |



|            |                                                                                                                                                                                                          |    |
|------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Baixa      | Evento raro – De forma inesperada ou casual, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias pouco indicam essa possibilidade.                                                                           | 2  |
| Média      | Evento possível - De alguma forma, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam moderadamente essa possibilidade de frequência reduzida e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido. | 5  |
| Alta       | Evento provável, usual – De forma até esperada, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam fortemente essa possibilidade, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.                 | 8  |
| Muito alta | Evento praticamente certo – De forma inequívoca, o evento ocorrerá, as circunstâncias indicam claramente essa possibilidade, evento repetitivo e constante.                                              | 10 |

**Escala de Impacto (I) – associada às consequências no caso do risco ocorrer**

| <b>Descritor</b> | <b>Descrição</b>                                                                                   | <b>Nível</b> |
|------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| Muito baixo      | Impacto insignificante nos objetivos.                                                              | 1            |
| Baixo            | Impacto mínimo nos objetivos.                                                                      | 2            |
| Médio            | Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação.                                   | 5            |
| Alto             | Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação, de difícil reversão. | 8            |
| Muito Alto       | Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação, irreversível.                      | 10           |

**Nível de Risco (P x I)**

|                    |            |
|--------------------|------------|
| Risco Baixo (RB)   | 0 – 9,99   |
| Risco Médio (RM)   | 10 – 39,99 |
| Risco Alto (RA)    | 40 – 79,99 |
| Risco Extremo (RE) | 80 – 100   |



| MATRIZ DE RISCO |                   |                   |             |             |            |                  |
|-----------------|-------------------|-------------------|-------------|-------------|------------|------------------|
| IMPACTO         | Muito Alto<br>10  | 10                | 20          | 50          | 80         | 100              |
|                 |                   | RM                | RM          | RA          | RE         | RE               |
|                 | Alto<br>08        | 8                 | 16          | 40          | 64         | 80               |
|                 |                   | RB                | RM          | RA          | RA         | RE               |
|                 | Médio<br>05       | 5                 | 10          | 25          | 40         | 50               |
|                 |                   | RB                | RM          | RM          | RA         | RA               |
|                 | Baixo<br>02       | 2                 | 4           | 10          | 16         | 20               |
|                 |                   | RB                | RB          | RM          | RM         | RM               |
|                 | Muito Baixo<br>01 | 1                 | 2           | 5           | 8          | 10               |
|                 |                   | RB                | RB          | RB          | RB         | RM               |
|                 |                   | Muito Baixa<br>01 | Baixa<br>02 | Média<br>05 | Alta<br>08 | Muito Alta<br>10 |
| PROBABILIDADE   |                   |                   |             |             |            |                  |

| DIRETRIZES PARA PRIORIZAÇÃO OU TRATAMENTO DE RISCO |                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|----------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| RE                                                 | Nível de risco muito além do apetite a risco.<br>Qualquer risco nesse nível deve ser comunicado à governança e alta administração e ter uma resposta imediata. Postergação de medidas só com autorização do dirigente máximo.                                                        |
| RA                                                 | Nível de risco além do apetite a risco.<br>Qualquer risco nesse nível deve ser comunicado a alta administração e ter uma ação tomada em período determinado. Postergação de medidas só com autorização do dirigente de área.                                                         |
| RM                                                 | Nível de risco dentro do apetite a risco.<br>Geralmente nenhuma medida especial é necessária, porém requer atividades de monitoramento específicas e atenção da gerência na manutenção de respostas e controles para manter o risco nesse nível, ou reduzi-lo sem custos adicionais. |
| RB                                                 | Nível de risco dentro do apetite a risco, mas é possível que existam oportunidades de maior retorno que podem ser exploradas assumindo-se mais riscos, avaliando a relação custos x benefícios, como diminuir o nível de controles.                                                  |

O mapa de riscos é parte integrante deste Estudo Técnico, conforme Anexo.

#### 14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO ACERCA DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nas justificativas apresentadas e nos elementos levantados no presente Estudo, a contratação mostra-se tecnicamente necessária e possível.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO - CPC

**PROC. 10359/2025**

**FLS. \_\_\_\_\_**

Portanto, declara-se a viabilidade da contratação de empresa para execução dos serviços de demolição de imóvel irregular, abandonado, e em risco de desabamento, localizado à Rua Paulo Pires Coelho, 25, Bairro Niterói, no Município de Piúma/ES.

Piúma/ES, 10 de abril de 2026.

**DIEGO SILVA ASTAURETE**

Gerente Setorial de Atividades e Projetos de Engenharia

Mat. 10.771

Aprovo o presente Estudo Técnico.

**JOSÉ AUGUSTO DE ANDRADE**

Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural

Decreto nº 3.298/2026



**APÊNDICE I – B (Demais Arquivos)**

Os documentos abaixo serão disponibilizados em arquivos apartados do presente edital:

- a)** Planilha Orçamentária;
- b)** Cronograma Físico-Financeiro;
- c)** Detalhamento de BDI;
- d)** Memória de Cálculo;
- e)** Memorial Descritivo;
- f)** Projetos;
- g)** Registro de Responsabilidade Técnica do(s) Profissional(is).



**ANEXO II - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

*UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE*

**CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº \_\_\_\_/2026

Apresentamos a V.Sas. nossa proposta para **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE DEMOLIÇÃO TOTAL DO IMÓVEL LOCALIZADO À RUA PAULO PIRES COELHO, 25, BAIRRO NITERÓI, NO MUNICÍPIO DE PIÚMA/ES**, conforme estipulado na Concorrência Eletrônica nº \_\_\_\_/2026. Nosso preço para execução dos serviços é de R\$ \_\_\_\_\_, conforme descrito em nosso orçamento, para execução em \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias consecutivos, conforme descrito em nosso orçamento.

Declaramos que em nossa proposta estão incluídos todas as despesas, inclusive aquelas relativas a taxas, tributos, encargos sociais, ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, que possam influir direta ou indiretamente no custo de execução dos serviços, e, ainda, as despesas relativas à mobilização e desmobilização de pessoal, máquinas e equipamentos, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao Município de Piúma.

Na execução dos serviços, observaremos rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções do Órgão de Fiscalização da SEMOB, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as especificações.

A validade da nossa Proposta de Preços é de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de abertura da licitação.

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o(a) Sr(a):

**Nome do Representante para Assinatura do Contrato:** \_\_\_\_\_

**Carteira de Identidade nº** \_\_\_\_\_ - Órgão Expedidor \_\_\_\_\_

**CPF nº** \_\_\_\_\_

**Telefone para Contato:** (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

**E-mail:** \_\_\_\_\_



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO - CPC

**PROC. 10359/2025**

**FLS. \_\_\_\_\_**

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Nome do Município /UF, \_\_\_\_de \_\_\_\_\_de 2026.

EMPRESA LICITANTE/CNPJ  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DE LOCAIS, CONDIÇÕES E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS**

*UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE*

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS LOCAIS, CONDIÇÕES E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS**

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº \_\_\_\_/2026

DECLARAMOS que temos pleno conhecimento dos locais e das condições em que deverá ser executada os serviços de **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE DEMOLIÇÃO TOTAL DO IMÓVEL LOCALIZADO À RUA PAULO PIRES COELHO, 25, BAIRRO NITERÓI, NO MUNICÍPIO DE PIÚMA/ES**, conforme estipulado na Concorrência Eletrônica nº \_\_\_\_/2026, reconhecendo ainda que tal circunstância retira-nos a possibilidade de qualquer alegação futura de necessidade de adequação de objeto e/ou re-composição (reequilíbrio, revisão ou repactuação) de preços quanto ao aqui declarado.

DECLARAMOS que temos ciência e que dispomos de veículos, máquinas e equipamentos necessários para a execução do serviço, bem como DECLARAMOS que eles serão disponibilizados adequadamente, conforme o cronograma de execução e em perfeitas condições de uso por ocasião de sua utilização.

Nome do Município /UF, \_\_\_\_de \_\_\_\_\_de 2026.

EMPRESA LICITANTE/CNPJ  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL  
CPF DO REPRESENTANTE LEGAL:



**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO**

*UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE*

**DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO**

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº \_\_\_\_/2026

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_, CPF nº. \_\_\_\_\_, Profissão \_\_\_\_\_, devidamente inscrito no CREA/CAU sob registro nº \_\_\_\_\_, pertencente ao quadro técnico permanente da empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARO que aceito minha indicação como responsável técnico dos serviços objeto da licitação CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº \_\_\_\_/2026, realizada pelo Município de Piúma para **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE DEMOLIÇÃO TOTAL DO IMÓVEL LOCALIZADO À RUA PAULO PIRES COELHO, 25, BAIRRO NITERÓI, NO MUNICÍPIO DE PIÚMA/ES.**

Em caso de minha eventual substituição, o Município de Piúma deverá anuir com a substituição, devendo, ainda, ser demonstrado que o novo responsável técnico tem experiência igual ou superior a minha.

Nome do Município /UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

EMPRESA LICITANTE/CNPJ  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME E ASSINATURA DO PROFISSIONAL  
CREA/CAU Nº \_\_\_\_



**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

*UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE*

**DECLARAÇÃO UNIFICADA**

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº \_\_\_\_/2026

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), estabelecida na (ENDEREÇO COMPLETO), inscrita no CNPJ sob nº (Nº DO CNPJ), neste ato representada pelo seu (REPRESENTANTE/SÓCIO/PROCURADOR) no uso de suas atribuições legais, vem:

**DECLARAR**, sob as penas da Lei e para fins de participação no presente certame, que:

- a)** a empresa teve acesso de todos os instrumentos que compõem a **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº \_\_\_\_/2026** em referência, bem como possui todas as informações necessárias à formulação da proposta, e, ainda, que tem conhecimento das condições locais, necessárias à execução do objeto ora licitado, de conformidade com a Lei nº 14.133/2021.
- b)** declaramos ainda que a empresa se submete integral e irretratavelmente, a todas as exigências deste edital, inclusive ao cumprimento do calendário e emissão de Ordem de Serviço para liberação dos serviços, sem receber compensação pela não liberação de trabalho quando ocorrem fatos que impeçam a execução contínua dos serviços licitados.
- c)** cumpre plenamente os requisitos de habilitação, e que sua proposta está em conformidade com as exigências estabelecidos no instrumento convocatório.
- d)** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal. **Ressalva:** ( ) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.
- e)** não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- f)** que inexistente fato impeditivo a sua participação na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº \_\_\_\_/2026 e, ainda, que não está impedida de participar de licitações de quaisquer órgãos ou entidades da Administração Pública.



- g)** que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.
- h)** que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III d art. 5º da Constituição Federal;
- i)** está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do objeto licitado, não podendo divulgar, revelar, produzir utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
- j)** que a proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.
- k)** a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- l)** que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação;
- m)** que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- n)** que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- o)** que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Por ser verdade assina a presente.

Nome do Município /UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

EMPRESA LICITANTE/CNPJ  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL  
CPF DO REPRESENTANTE LEGAL:



**ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO ENQUADRAMENTO NAS VEDAÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E DA LEI Nº 14.133/2021**

*UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE*

**DECLARAÇÃO DE NÃO ENQUADRAMENTO NAS VEDAÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E DA LEI Nº 14.133/2021**

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº \_\_\_\_/2026

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), estabelecida na (ENDEREÇO COMPLETO), inscrita no CNPJ sob nº (Nº DO CNPJ), neste ato representada pelo seu (REPRESENTANTE/SÓCIO/PROCURADOR) no uso de suas atribuições legais, **DECLARA**, para fins de obtenção dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações que lhe sucederam, não estar incurso em nenhuma das vedações do §4º do art. 3º da referida Lei, considerando, ainda, o que preconiza o §5º e §6º do mesmo dispositivo legal.

Declaro ainda, que não celebramos contratos com a Administração Pública, no ano- calendário de realização da licitação, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

Por ser verdade assina a presente.

Nome do Município /UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

EMPRESA LICITANTE/CNPJ  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL  
CPF DO REPRESENTANTE LEGAL:



**ANEXO VII - MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO Nº 0XX/2026**

ID CidadES: \_\_\_\_\_

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE DEMOLIÇÃO TOTAL DO IMÓVEL LOCALIZADO À RUA PAULO PIRES COELHO, 25, BAIRRO NITERÓI, NO MUNICÍPIO DE PIÚMA/ES, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÚMA/ES E A EMPRESA XXXXXX.**

O **MUNICÍPIO DE PIÚMA**, Estado do Espírito Santo, com sede na Avenida Felicindo Lopes, nº 238, Acaíaca, Piúma/ES, inscrita no CNPJ nº 27.165.695/0001-18, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Paulo Celso Cola Pereira, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_, representada neste ato pelo Sr. brasileiro (a), (estado Civil), inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_, residente na Rua \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº \_\_\_\_/2026 - Processo Administrativo nº 10359/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE DEMOLIÇÃO TOTAL DO IMÓVEL LOCALIZADO À RUA PAULO PIRES COELHO, 25, BAIRRO NITERÓI, NO MUNICÍPIO DE PIÚMA/ES.**

**1.2.** Este Contrato vincula-se ao Edital de Concorrência Eletrônica nº \_\_\_\_/2026 e seus anexos e a proposta vencedora, completando-o para todos os fins de direito, independente de sua transcrição, obrigando-se as partes em todos os seus termos.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**2.1.** Fica estabelecida a forma de Execução Indireta, sob regime de Empreitada por Preço Unitário.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE EXECUÇÃO**

**3.1.** A obra de reforma e ampliação da Rua Paulo Pires Coelho, 25, Bairro Niterói, no Município de Piúma/ES.



**3.2.** A obra de reforma será prioritariamente executada em horário comercial, podendo ser estendidos aos fins de semana e feriados, caso seja necessário, mediante aprovação da CONTRATANTE. Os trabalhos realizados aos finais de semana e feriados não ensejarão em cobranças adicionais à CONTRATANTE.

**3.3.** Para a perfeita execução da obra, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas nos projetos e nas normas técnicas vigentes, promovendo sua substituição quando necessário.

**3.4.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**3.4.1. Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço,** podendo ser prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade de comunicação eletrônica, conforme Art. 183, § 2º da Lei nº 14.133/2021;

**3.4.2.** A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho estão descritas no memorial do projeto e no cronograma físico financeiro;

**3.4.3.** O prazo estipulado para execução da obra será de **02 (dois) meses**, conforme Cronograma Físico-Financeiro, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, na forma do Art. 124, da Lei nº 14.133/2021.

**3.5.** Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

**3.5.1.** Após a finalização da obra de reforma, será realizada a vistoria para a emissão do Termo de Recebimento Provisório, que descreverá os possíveis vícios construtivos encontrados e que deverão ser corrigidos pela CONTRATADA;

**3.5.2.** A CONTRATADA terá o prazo de 30 (trinta) dias para sanar os vícios encontrados, podendo esse período ser prorrogado, desde que autorizado pela CONTRATANTE;

**3.5.3.** Após transcorrido o prazo de observação da obra, será realizada nova vistoria para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DO REAJUSTAMENTO**

**4.1.** O valor total da contratação é de **R\$ ..... (.....).**

**4.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **4.3. DO REAJUSTAMENTO**

**4.3.1.** Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, a partir de quando poderá haver reajuste, tomando como base a data do orçamento estimado da Administração Municipal, 10/04/2026, aplicando-se o índice INCC (Índice Nacional da Construção Civil).



4.3.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa ser mais utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

4.3.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, às partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.3.4. O reajuste será realizado por apostilamento, utilizando-se da seguinte fórmula:

$$K = \frac{I_i - I_o}{I_o}$$

Onde:

K= Coeficiente de reajustamento no período

$I_i$  = Índice no mês de aniversário do reajustamento;

$I_o$  = Índice de preços iniciais. Ser o índice INCC do período de apresentação da proposta de licitação.

$$R = M \times K$$

Onde:

R = Valor do reajuste a ser aplicado;

M = Medição com valores da apresentação da proposta de licitação;

K= Coeficiente de reajustamento no período.

## CLÁUSULA QUINTA – DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTOS

5.1. Os serviços, para fins de medição, serão considerados concluídos para serem inseridos na medição, após a CONTRATADA protocolar o pleito de medição e o Fiscal de Execução do contrato realizar a conferência e ateste dos serviços pleiteados.

5.2. A medição dos serviços será de forma mensal, compatível com o cronograma físico-financeiro.

5.3. O responsável técnico da empresa deverá acompanhar o fiscal na conferência das quantidades de serviços medidos por parte da CONTRATADA e dirimir quaisquer dúvidas que, porventura, surgirem entre as partes.

5.4. Deverão constar no processo de medição:

a) **requerimento** formal de medição devidamente assinado, contendo as informações como número da medição, período da medição e número do contrato. O requerimento deverá constar timbre da empresa, apresentar-se devidamente datado e assinado pelo representante legal;

b) **a planilha de medição**, que deverá apresentar a quantificação de todos os serviços executados, memória de cálculo, período, data e valor da medição, devidamente assinada pelo responsável técnico;



**c) Relatório fotográfico colorido** dos itens medidos (no mínimo 1 foto por item medido) devidamente assinado pelo responsável técnico devendo ainda conter a identificação do local da prestação do serviço;

**d) Diário de obra** relatando os serviços executados e identificação das localidades de prestação dos serviços devidamente assinado pelo responsável técnico.

**5.5.** A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente, para fins da liquidação das despesas, as documentações que comprovem cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na contratação, como encargos sociais, trabalhistas previdenciários, securitários, tributários e comerciais:

**a) Anotação de Responsabilidade Técnica** do presente contrato – ART/CREA – **somente na primeira fatura** (Caso a empresa ganhadora da licitação estiver sediada em outro Estado, deverá também providenciar a Certidão de Registro e Regularidade com o visto no CREA-ES, que deverá ser apresentado acompanhado da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica)), conforme o caso;

**b) Certidão Negativa** de Débitos ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa com a Fazenda Pública **da Sede da empresa e do Município de Piúma**, com validade na data da apresentação;

**c) Certidão Negativa de Débitos** ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa com a Fazenda Pública do **Estadual**, com validade na data da apresentação;

**d) Certidão Negativa** de Débitos perante o **Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS**, com validade na data da apresentação;

**e) Certidão Negativa** de Débitos perante o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, com validade na data da apresentação;

**f) Prova de Regularidade** com os Tributos Federais, expedida pela **Secretaria da Receita Federal**, referente aos tributos: PIS, PASEP, COFINS, com validade na data da apresentação;

**g) Prova de Regularidade** com a **Fazenda Pública nacional**, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União, com validade na data da apresentação;

**h) GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência** (Relação de Empregados alocados na prestação dos serviços);

**i) GPS – Guia da Previdência Social;**

**j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** – CNDT – expedida pelo TST – através do endereço eletrônico <http://www.tst.jus.br/certidao>;

**k) Folhas de pagamento analíticas** com competência referente ao mês/meses da obra e/ou serviços de engenharia medidos.

**5.6.** O fiscal responsável deverá fazer a medição “in loco” dos serviços finalizados e entregues.

**5.7.** A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer responsabilidade contratual, nem implica em aceitação definitiva dos serviços executados.

**5.8.** Será permitida apenas 01 (uma) medição por mês.

**5.9.** O pagamento da última medição poderá, a critério da fiscalização, ser condicionado ao Termo de Entrega Definitivo.



**5.10.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada da **comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista**, constada por meio de consulta on-line ao SICAF, quando se tratar de execução de Recurso Federal, ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**5.10.1.** A Nota Fiscal só poderá ser emitida após a aprovação e ordem do Fiscal/Gestor do Contrato.

#### **5.11. Prazo de pagamento**

**5.11.1.** O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

**5.11.1.1.** Por se tratar de recursos oriundos de Contrato de Repasse com a Caixa Econômica Federal, **a emissão das Notas Fiscais fica condicionada aos repasses dos recursos e autorizações de pagamento do referido acordo.**

**5.11.2.** Ocorrendo erros na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Prefeitura de Piúma.

#### **5.12. Forma de pagamento**

**5.12.1.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

**5.12.2.** A CONTRATADA, regularmente optante pelo SIMPLES NACIONAL, deverá apresentar, com a nota fiscal/fatura, declaração conforme modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15 de dezembro de 2004 (substituído pelo Anexo IV constante da IN RFB nº 791, de 10 de dezembro de 2007). Caso não o faça, ficará sujeita à retenção de impostos e contribuições, de acordo com a referida Instrução.

**5.12.3.** O Município de Piúma poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela CONTRATADA, em decorrência de inadimplemento contratual.

#### **5.13. Antecipação de pagamento**

**5.13.1.** A presente contratação **NÃO** permite a antecipação de pagamento.

#### **5.14. Da matriz de risco e revisão do equilíbrio econômico-financeiro**

**5.14.1.** Matriz de risco é o instrumento que define as responsabilidades do Contratante e do Contratado na execução do contrato. Com base na matriz de risco é que são definidas as diretrizes das cláusulas contratuais.



**5.14.2.** A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na matriz de risco (Anexo do Estudo Técnico Preliminar).

**5.14.3.** A Contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade é do Contratante, conforme estabelecido na matriz de risco.

**5.14.4.** Constitui peça integrante do contrato, independentemente de transcrição no instrumento respectivo, a matriz de risco anexa do Estudo Técnico Preliminar.

**5.14.5.** O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do empreendimento. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere provável prejuízo econômico.

**5.14.6.** A análise dos riscos associados ao empreendimento é realizada com base nas informações da Matriz de Risco.

**5.14.7.** A contratada deverá:

- a)** Ter pleno conhecimento na natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no contrato; e
- b)** Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

**5.15.8.** Sempre que atendidas as condições do Contrato e mantida as disposições da matriz de risco, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

**5.15.9.** A contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de risco.

**5.15.10.** Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

**5.15.11.** Os casos de reequilíbrio econômico-financeiro não são automáticos e deverão ser formalizados por pedido escrito da Administração Pública ou da Contratada, sendo imprescindível a junta de prova documental que demonstre o fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, bem como sua significativa interferência na execução do Contrato em vigor, mediante demonstração analítica do aumento de preços invocado, o que será operado por termo aditivo, independentemente de periodicidade mínima.

**5.15.12.** Na hipótese de a empresa contratada solicitar alteração de preços, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de serviços e/ou matérias-primas, da época da assinatura do Contrato e da época da solicitação, para a devida correção, etc.

**5.15.13.** A revisão será formalizada por meio de Termo Aditivo, precedida de análise da Procuradoria Geral do Município.



#### **5.16. Dos Aditivos e da alteração de valores contratuais**

**5.16.1.** Os aditamentos contratuais serão formalizados em conformidade com o art. 91, da Lei nº 14.133/2021.

**5.16.2.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**5.16.3.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 50% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (art. 125, da Lei nº 14.133/2021).

**5.16.4.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133/2021).

**5.16.5.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

#### **5.17. Do recebimento**

**5.17.1.** A obra será recebida, provisoriamente, no prazo de 20 (vinte) dias após seu término e da comunicação escrita da Contratada, pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, a, da Lei 14.133/21).

**5.17.2.** A obra será recebida definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de até 30 (trinta) dias.

**5.17.3.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto, sob pena de rejeição do serviço.

**5.17.4.** A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**5.17.5.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021)

**5.17.6.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



**5.17.7.** Nos termos do art. 140, §6º, da Lei 14.133/21, em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

**6.1.** O prazo de **vigência da contratação é de 12 (doze) meses** contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº14.133/2021 e observado o disposto no parágrafo único do Art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**7.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

**Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural**

**Classificação Funcional:** 000014001.0412200402.129

**Natureza de Despesa:** 339039

**Fonte de Recurso:** 1500

**Ficha:** 655

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS GARANTIAS**

**8.1. Garantia da Execução do Contrato (art. 96, Lei nº 14.133/2021):**

**8.1.1.** O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/21, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

**8.1.2.** No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da assinatura do contrato, a Contratada deverá apresentar comprovante da prestação de garantia, podendo optar por:

- a)** caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b)** Seguro-garantia;
- c)** Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.



**8.1.3.** Caso a Contratada optar pela modalidade prevista na alínea “b.2” do item anterior, terá o prazo mínimo de 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato para prestação da garantia.

**8.1.4.** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observando o máximo de 2% (dois por cento).

**8.1.5.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

**h)** Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

**i)** Prejuízos diretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

**j)** Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada;

**k)** Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

**8.1.6.** A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. Em ambos os casos o prazo para liberação ou restituição será de até 90 (noventa) dias.

**8.1.7.** O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

**8.1.8.** O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

**8.1.9.** Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.

**8.1.10.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133/21 (art. 59, §5º).

## **8.2. Garantia do Objeto (art. 618, Código Civil):**

**8.2.1.** A CONTRATADA responderá pela solidez e segurança dos serviços realizados pelo prazo irredutível de 05 (cinco) anos, assim como em razão dos materiais, nos termos do art. 618 do Código Civil – Lei nº 10.406/2002.



**8.2.2.** Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA fica obrigada a reparar qualquer defeito relacionado à má execução dos serviços previstos no Projeto Básico, sempre que houver solicitação, sem ônus para a CONTRATANTE.

**8.2.3.** A CONTRATADA deverá atender as solicitações para conserto, corrigir defeitos apresentados ou efetuar substituições, em prazo não superior a 10 (dez) dias corridos dentro do período de garantia.

**8.2.4.** Caso o reparo não possa ser concluído, o material defeituoso deverá ser substituído imediatamente por outro idêntico ou superior, em perfeitas condições de utilização.

## **CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

### **9.1. Obrigações da CONTRATADA**

**9.1.1.** Executar os serviços conforme especificações do Projeto Básico, com alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste documento e em sua proposta.

**9.1.2.** Respeitar a legislação federal, estadual e municipal, principalmente aquela que interfira diretamente na execução das obras/serviços, bem como: acordos, convenções coletivas, sentenças ou acórdãos normativos vigentes relacionados com a mão de obra que prestará serviços nas áreas públicas do Município, observando e cumprindo fielmente suas determinações;

**9.1.3.** Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase de Licitação (Lei nº 14.133/2021, art. 92, XVI), devendo apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitado pela fiscalização da Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, sob pena de abertura do processo administrativo para apuração de irregularidades na execução do presente contrato, com eventual aplicação das penalidades descritas no Edital e/ou Contrato;

**9.1.4.** Executar todas as etapas da obra, com as fases programadas em conjunto com a Fiscalização do Contrato;

**9.1.5.** Apresentar, antes de iniciar os serviços, à fiscalização do contrato, a documentação dos funcionários comprovando o vínculo empregatício;

**9.1.6.** Emitir a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço, nos termos das normas pertinentes;

**9.1.7.** A Contratada deverá verificar todas as medidas no local, antes do início dos serviços, e qualquer divergência encontrada comunicarem à Contratante, sob pena de não poder questioná-las posteriormente;

**9.1.8.** Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do presente contrato;



**9.1.9.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**9.1.10.** Zelar para que seus empregados, envolvidos na prestação dos serviços contratados se apresentem convenientemente trajados e devidamente identificados, fornecendo uniformes e os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e coletiva (EPC), onde couber, em acordo à legislação de segurança inerente aos serviços;

**9.1.11.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, durante o período de execução do objeto, bem como propiciar todas as facilidades indispensáveis à fiscalização de sua execução;

**9.1.12.** Atender as determinações legais do servidor designado para acompanhar a execução do serviço, bem como dirimir, junto ao mesmo, as possíveis dúvidas na leitura e interpretação dos projetos técnicos; Atender as determinações legais do servidor designado para acompanhar a execução do serviço, bem como dirimir, junto ao mesmo, as possíveis dúvidas na leitura e interpretação dos projetos técnicos;

**9.1.12.1.** Permitir livre acesso dos fiscais do contrato, Gestor e dos órgãos de controle interno e externo da União, aos documentos e registros contábeis da contratada.

**9.1.13.** Responsabilizar-se pela estrita observância das normas de segurança interna e aquelas determinadas pelo Ministério do Trabalho;

**9.1.14.** Os serviços deverão ser executados conforme especificações anexas, cabendo à Contratada a total responsabilidade pela perfeita execução e funcionamento dos mesmos, sem qualquer ônus adicional à Administração;

**9.1.15.** Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar a este Órgão ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, em especial aos artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**9.1.16.** Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Contratante na execução dos serviços;

**9.1.17.** A Contratada deverá manter em perfeito estado de limpeza os locais afetados pela execução dos serviços, recolhendo os entulhos, dando-lhes o destino adequado e proceder à cuidadosa limpeza no local ao final da execução, devolvendo-o às suas condições de uso;

**9.1.18.** A Contratada deverá manter caçamba de entulho da obra, enquanto a mesma estiver gerando resíduos construtivos e descartar corretamente os resíduos de acordo com as normas da ABNT, Vigilância Sanitária e demais órgãos de controle ambientais;

**9.1.19.** Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos servi-



ços objeto do Projeto Básico, ficando, ainda, a Contratante isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

**9.1.20.** Entregar o objeto contratado conforme cronograma físico-financeiro.

**9.1.21.** A Contratada deverá designar um preposto, aceito pela administração, para representá-la na execução do contrato, informando nome completo, CPF, e-mail e telefone de contato e substituto em suas ausências;

**9.1.22.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o serviço contratado, sem a prévia e expressa anuência da Fiscalização do Contrato e Secretaria Municipal de Obras e Serviços;

**9.1.23.** No interesse do cumprimento do contrato, a fiscalização da Contratante poderá exigir, por escrito, e justificar, a substituição de empregados da empresa Contratada, que deverá cumprir a exigência no prazo de dois dias úteis;

**9.1.24.** A Contratada deverá reforçar a sua equipe de técnicos e operacionais no local de execução do serviço, caso fique constatada insuficiência da mesma, a fim de permitir a perfeita execução dos serviços ora contratados e manter, durante toda a execução dos serviços, responsável técnico atuante e com devido registro;

**9.1.25.** Todos os materiais a serem utilizados deverão ser adequados à finalidade que se destinam. Deverão obedecer às especificações do presente memorial, às normas da ABNT, no que couber e, na falta dessas ter suas características reconhecidas em certificados ou laudos emitidos por laboratórios tecnológicos idôneos;

**9.1.25.1.** A contratada deverá responsabilizar-se pela qualidade da obra, materiais e serviços executados ou fornecidos, inclusive pela promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado;

**9.1.26.** Se, por algum motivo, houver necessidade de alteração nas especificações do material a ser empregado na execução do serviço, a Contratada deverá justificar tal alteração, cabendo a aprovação e/ou decisão final à fiscalização da Contratante. Se a Contratada deixar de comunicar previamente as ocorrências que, eventualmente, venham a comprometer, em todo ou em parte, a qualidade da obra, considerar-se-á que os mesmos foram executados de forma irregular e, portanto, será exigida a correção, reconstrução e/ou substituição desses serviços, sem qualquer ônus à Contratante;

**9.1.27.** Em cumprimento à Lei Municipal nº 2.319/2019 c/c art. 25, § 9º, II da Lei nº 14.133/2021, as pessoas jurídicas vencedoras de licitação e contratadas pelo Município de Piúma, ficam obrigadas a admitirem e manterem cidadãos piumenses egressos das unidades do sistema prisional do Estado do Espírito Santo como mão de obra para execução de serviços ou obras públicas, nas seguintes proporções:

I – Até 6 (seis) postos de trabalho: admissão facultativa;

II – De 6 (seis) a 10 (dez) postos de trabalho: 1 (uma) vaga com prioridade para egresso;

III – acima de 10 (dez) postos de trabalho: 10% (dez por cento) das vagas com prioridade para



egressos, arredondando-se para mais 1 (um) sempre que o resultado não significar número inteiro.

**9.1.28.** A contratada deverá apresentar à Secretaria Municipal de Assistência Social, em até 10 (dez) dias após a Ordem de Serviço, o quantitativo de postos de trabalho e o número reservado a egressos, bem como seu endereço eletrônico para comunicação.

**9.1.29.** Em até 03 (três) dias após a sua entrega, a Secretaria Municipal de Assistência Social encaminhará a empresa a lista de egressos cadastrados em seu banco de dados.

**9.1.30.** A contratada terá até 15 (quinze) dias para realizar a contratação dos egressos, comunicando o fato à Secretaria Municipal de Assistência Social.

**9.1.30.1.** Caso não haja cadastro de egressos na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme previsto na Lei Municipal nº 2.319/2019, a empresa contratada ficará isenta de tal obrigação.

**9.1.31.** O não cumprimento deste item ensejará a aplicação de multa contratual e suspensão do pagamento devido até a comprovação, conforme cláusula de penalidades.

**9.1.32.** A inobservância das disposições deste item, pelo prazo superior a 03 (três) meses após a Ordem de Serviço, constituirá descumprimento contratual absoluto, o que implicará na rescisão do contrato, sem prejuízo de outras sanções, além das já previstas, momento em que será pago o serviço ou a mão de obra até então realizada.

**9.1.33.** Será motivo de revogação unilateral do contrato a ocorrência de qualquer caso de discriminação contra os egressos no âmbito da empresa contratada e de suas atividades, seja em questões remuneratórias ou por tratamento diferenciado frente aos seus demais empregados, assegurado o direito de defesa.

**9.1.34.** A Contratada manterá organizada, limpa e em bom estado de higiene as instalações do canteiro de serviço, especialmente as vias de circulação, passagens e escadarias, refeitórios e alojamentos, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral.

**9.1.35.** A Contratada deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais, obstruir portas e saídas de emergências e impedir o acesso de equipamentos de combate a incêndio.

**9.1.36.** Elaborar diário de Obra, incluindo diariamente, pelo responsável técnico, as informações sobre o andamento da obra, tais como, número de funcionários, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registros de ocorrências e outros fatos relacionados.

**9.1.37.** Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 2.061, de 20 de dezembro de 2021.

**9.1.38.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização de menor de dezoito



to anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**9.1.39.** A Contratada deverá, mediante prévia autorização da SEINFRA, desviar e organizar o trânsito no local que será executada a obra, sinalizando adequadamente e disponibilizando todo material necessário, sem gerar ônus para a Contratante.

## **9.2. Obrigações da CONTRATANTE:**

**9.2.1.** Acompanhar, fiscalizar e conferir os serviços solicitados de acordo com as suas especificações.

**9.2.2.** Designar formalmente um servidor para acompanhar e fiscalizar a execução da autorização de fornecimento ou instrumentos equivalentes.

**9.2.3.** Rejeitar o todo ou em parte o recebimento dos serviços fora das especificações ou em desacordo com as obrigações assumidas neste instrumento.

**9.2.4.** Notificar a Contratada em razão de qualquer descumprimento das obrigações avençadas, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;

**9.2.5.** Penalizar a Contratada por descumprimento de obrigações avençadas, na forma da lei;

**9.2.6.** Atestar as notas fiscais correspondentes após o recebimento das medições conferidas.

**9.2.7.** Efetuar o pagamento devido, nas condições estabelecidas.

**9.2.8.** Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados ao Município.

**9.2.9.** Proporcionar a Contratada condições e facilidades que estejam ao seu alcance para que esta possa exercer o objeto contratual de forma satisfatória;

**9.2.10.** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES**

**10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a)** Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** Der causa à inexecução total do contrato;
- d)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**10.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



**10.2.1. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**10.2.2. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**10.2.4. Multa:**

**I)** Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

**II)** Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

**a)** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**III)** Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 10.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.

**IV)** Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 10.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.

**V)** Para infração descrita na alínea “b” do subitem 10.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

**VI)** Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 10.1, a multa será de 4% a 6% do valor do Contrato.

**VII)** Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 10.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as demais infrações a serem analisadas pontualmente pela Administração.

**10.3.** As razões para a inexecução parcial de um contrato de obra podem ser diversas e incluem atrasos na execução, falhas na qualidade do trabalho, não cumprimento de prazos, entre outros problemas. Essa situação pode causar prejuízos financeiros, atrasos no cronograma e, em alguns casos, impactar a qualidade final da obra.

**10.4.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**10.5.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).



- 10.5.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.5.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.5.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.6.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.7.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a)** A natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b)** As peculiaridades do caso concreto;
  - c)** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d)** Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
  - e)** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.8.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 10.9.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 10.10.** O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)



**10.11.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**11.1.** A rescisão do presente contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no presente contrato.

**11.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

**11.3.** O termo de rescisão será lavrado sob orientação da Procuradoria do Município, no que couber.

**11.4.** Em caso algum o Município de Piúma pagará indenização à CONTRATADA por encargos resultantes da Legislação Trabalhista Previdenciária, Fiscal e Comercial, bem como aqueles resultantes de atos ilícitos praticados pela CONTRATADA e seus prepostos a terceiros.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL**

**12.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**12.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

**12.3.** As comunicações entre o órgão e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**12.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**12.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **12.6. Preposto**

**12.6.1.** A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.



**12.6.2.** A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.

## **12.7. Fiscalização**

**12.7.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **12.7.2. Fiscalização técnica**

**12.7.2.1.** Compete ao Fiscal Técnico do Contrato:

- a)** Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;
- b)** Registrar no Histórico de Gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c)** Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexecução ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- d)** Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e)** Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;
- f)** Fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na avença, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;
- g)** Comunicar o gestor do contrato, no prazo estabelecido nos termos no inciso VIII do artigo 19 deste Decreto, o término do contrato sob sua responsabilidade, no caso de nova contratação ou prorrogação.

### **12.7.3. Fiscalização administrativa**

**12.7.3.1.** Compete ao Fiscal Administrativo do Contrato:

- a)** Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;
- b)** Verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA;
- c)** Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária e, em caso de descumprimento, observar as regras da legislação pertinente.



**12.7.4. Gestor do Contrato**

**12.7.4.1. Compete ao Gestor de Contratos:**

- a)** Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, de que dispõe os incisos I e II do artigo 18 do Decreto Municipal nº 2.785/2024;
- b)** Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, no prazo de até 1 (um) mês, contados da instrução do requerimento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
- c)** Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- d)** Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa;
- e)** Manter atualizado o processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no Histórico de Gerenciamento do Contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração;
- f)** Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de que dispõe o inciso I do artigo 18 do Decreto Municipal nº 2.785/2024;
- g)** No prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, comunicar à autoridade competente, o término dos contratos, em caso de nova contratação ou prorrogação, visando à solução de continuidade;
- h)** Constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do artigo 174 da Lei n.º 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL**

**13.1.** Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão observar rigorosamente as normas técnicas de proteção ambiental em todos os serviços prestados de forma a promover o uso racional de recursos e equipamentos, minimizando a geração de resíduos, a fim de atender as diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

**13.2.** A CONTRATADA deverá implementar medidas para reduzir o consumo de água, energia e outros recursos naturais, bem como, orientar todos seus empregados para as medidas a serem seguidas.



**13.3.** A CONTRATADA deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**14.1.** É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

- 1.1.1.** Será permitida a subcontratação parcial, de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, para as atividades que não constituem o escopo principal do objeto e os itens exigidos para comprovação técnica operacional ou profissional.
- 1.1.2.** Entende-se como escopo principal do objeto o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida a apresentação de atestados que comprovassem execução de serviço com características semelhantes.
- 1.1.3.** A subcontratação não exclui a responsabilidade da Contratada perante o CONTRATANTE quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado.
- 1.1.4.** A subcontratação depende de autorização prévia por parte do CONTRATANTE, com parecer técnico da fiscalização, ao qual cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços.
- 1.1.5.** A Contratada originária deve submeter à apreciação do CONTRATANTE o pedido de prévia anuência para subcontratação, com apresentação do(s) pretendente(s) subcontratado(s) e da respectiva documentação, que deve corresponder à exigida para habilitação nesta licitação.
- 1.1.6.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da Subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA MATRIZ DE RISCO**

**15.1.** Os riscos a serem suportados e compartilhado pelo CONTRATANTE e CONTRATADA estão previstos no Anexo I deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO**

**16.1.** Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

**17.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis.



**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

**18.1.** Fica eleito o foro do Juízo de Piúma - Comarca do Estado do Espírito Santo para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92,§1º, da Lei nº 14.133/2021, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Piúma/ES, xx de xxxxxxxxx de 2026.

**PAULO CELSO COLA PEREIRA**

MUNICÍPIO DE PIÚMA

CONTRATANTE

**NOME DA EMPRESA E CNPJ**

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

CONTRATADA



**ANEXO I – MAPA DE RISCO**

| PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA                                                                                                                                                          |                                                              |                                                                                                                                     |                   |                     |                          |               |                                                                                                                       |                                                                                                |                                                                                                          |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|---------------------|--------------------------|---------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL                                                                                                                          |                                                              |                                                                                                                                     |                   |                     |                          |               |                                                                                                                       |                                                                                                |                                                                                                          |
| MATRIZ DE RISCOS                                                                                                                                                                       |                                                              |                                                                                                                                     |                   |                     |                          |               |                                                                                                                       |                                                                                                |                                                                                                          |
| <b>OBJETO DA CONTRATAÇÃO:</b> Demolição de imóvel irregular, abandonado, e em risco de desabamento, localizado à Rua Paulo Pires Coelho, 25, Bairro Niterói, no Município de Piúma/ES. |                                                              |                                                                                                                                     |                   |                     |                          |               |                                                                                                                       |                                                                                                |                                                                                                          |
| FASE DE PLANEJAMENTO E LICITAÇÃO DA CONTRATAÇÃO                                                                                                                                        |                                                              |                                                                                                                                     |                   |                     |                          |               |                                                                                                                       |                                                                                                |                                                                                                          |
| IDENTIFICAÇÃO DO RISCO                                                                                                                                                                 |                                                              |                                                                                                                                     | ANÁLISE DO RISCO  |                     |                          |               | RESPOSTA AO RISCO                                                                                                     |                                                                                                |                                                                                                          |
| Risco                                                                                                                                                                                  | Descrição                                                    | Dano                                                                                                                                | Probabilidade (P) | Grau de Impacto (I) | Nível de risco (P) X (I) | Classificação | Ações Preventivas                                                                                                     | Ações Contingenciais                                                                           | Responsável                                                                                              |
| R01                                                                                                                                                                                    | Projeto Básico ou Termo de Referência incompleto/inadequado. | 1. Elaboração do edital inadequado, gerando recursos ou impugnação após a publicação.<br>2. Atraso no procedimento licitatório, de- | 5                 | 8                   | 40                       | RA            | 1. Capacitação de pessoal/ designação de pessoal capacitado para a elaboração dos documentos.<br>2. Realização de es- | 1. Recomendar correções e adequações nos documentos.<br>2. Não aprovar o Projeto Básico/ Termo | Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural/<br>Secretaria Municipal de Administração/ |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO - CPC

PROC. 10359/2025

FLS. \_\_\_\_\_

vido a necessidade de

tudos preliminares às de Referência.

Equipe de Planeja-

|     |                                                                       |                                                                                                                                            |   |   |    |    |                                                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                                         |                                                                                                            |
|-----|-----------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|----|----|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|     |                                                                       | republicação de edital.<br>3. Contratação com<br>prejuízo para a Admi-<br>nistração.                                                       |   |   |    |    | contratações ante-<br>riores e inclusão da<br>correção das falhas<br>anteriores.                                                                                                                                                |                                                                                                                         | mento da Contra-<br>tação/<br>Procuradoria Jurídica/<br>Comissão de Licita-<br>ções.                       |
| R02 | Questionamentos<br>quanto à exigências<br>editais.                    | 1. Paralisação do cer-<br>tame até sanados ques-<br>tionamentos. 2.<br>Atraso no processo<br>licitatório.                                  | 5 | 1 | 10 | RM | 1. Definir regras ge-<br>rais para a contrata-<br>ção de forma clara no<br>Edital e em seus ane-<br>xos, atentar à legis-<br>lação vigente no to-<br>cante à exigências de<br>marcas, modelos e<br>requisitos excluden-<br>tes. | 1. Republicar o Edital<br>com correção dos<br>itens apontados pe-<br>los questionamen-<br>tos/impugnações.              | Equipe de Planeja-<br>mento da Contra-<br>tação/<br>Procuradoria Jurídica/<br>Comissão de Licita-<br>ções. |
| R03 | Preços dos insu-<br>mos/serviços men-<br>surados incorre-<br>tamente. | 1. Elevação/baixa de<br>custos decorrentes do<br>incorreto levantamen-<br>to de preços.<br>2. Frustração do pro-<br>cedimento licitatório. | 5 | 5 | 25 | RM | 1. Utilizar preços<br>constantes nas tabe-<br>las referenciais SINA-<br>PI, SICRO, DER-ES,<br>sítios eletrônicos es-<br>pecializados, contra-<br>tações similares de                                                            | 1. Sanear o processo<br>imediatamente após<br>identificação das<br>falhas, eliminando<br>vícios e irregulari-<br>dades. | Equipe de Planeja-<br>mento da Contra-<br>tação.                                                           |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO - CPC

**PROC. 10359/2025**

**FLS. \_\_\_\_\_**

outros órgãos e co-

|     |                                  |                                                                                        |   |   |    |           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                                                                                                                   |                                                                   |
|-----|----------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|---|---|----|-----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|
|     |                                  |                                                                                        |   |   |    |           | tação com fornecedores.                                                                                                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                                   |                                                                   |
| R04 | Licitação fracassada ou deserta. | 1. Demora no processo de contratação, gerando prejuízos ao início da execução da obra. | 2 | 5 | 10 | <b>RM</b> | 1. Verificar se as exigências solicitadas encontram-se compatíveis com a realidade do mercado.<br>2. Especificar a contratação de forma concisa e coerente, observando planilhas orçamentárias e demais documentações de forma com que o mercado possa oferecer.<br>3. Dar ampla publicidade ao edital. | 1. republicar o Edital com a devida revisão dos documentos técnicos que motivaram a sessão fracassada ou deserta. | Equipe de Planejamento da Contratação/<br>Comissão de Licitações. |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO - CPC

**PROC. 10359/2025**

**FLS. \_\_\_\_\_**

|     |                                            |                                                                                                                   |   |   |    |           |                                                                                                                                                              |                                                                         |                                                                                       |
|-----|--------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|----|-----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|
| R05 | Contratada se recusa a assinar o contrato. | 1. Não concluir a licitação, necessitando retornar à fase externa de licitação (republicação de edital e prazos). | 2 | 5 | 10 | <b>RM</b> | 1. Definir penalidades em edital para empresa adjudicada que não assinar o contrato dentro do prazo estipulado.<br>2. Desclassificar propostas inexequíveis. | 1. Adjudicar novo fornecedor ou promover novo procedimento licitatório. | Comissão de Licitações/ Procuradoria Jurídica/ Equipe de Planejamento da Contratação. |
|-----|--------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|----|-----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|

| PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA                                                                                                                                                          |           |      |                   |                     |                |               |                   |                      |                   |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|------|-------------------|---------------------|----------------|---------------|-------------------|----------------------|-------------------|
| SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL                                                                                                                          |           |      |                   |                     |                |               |                   |                      |                   |
| MATRIZ DE RISCOS                                                                                                                                                                       |           |      |                   |                     |                |               |                   |                      |                   |
| <b>OBJETO DA CONTRATAÇÃO:</b> Demolição de imóvel irregular, abandonado, e em risco de desabamento, localizado à Rua Paulo Pires Coelho, 25, Bairro Niterói, no Município de Piúma/ES. |           |      |                   |                     |                |               |                   |                      |                   |
| FASE GESTÃO CONTRATUAL                                                                                                                                                                 |           |      |                   |                     |                |               |                   |                      |                   |
| IDENTIFICAÇÃO DO RISCO                                                                                                                                                                 |           |      | ANÁLISE DO RISCO  |                     |                |               | RESPOSTA AO RISCO |                      |                   |
| Risco                                                                                                                                                                                  | Descrição | Dano | Probabilidade (P) | Grau de Impacto (I) | Nível de risco | Classificação | Ações Preventivas | Ações Contingenciais | Alocação do Risco |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO - CPC  
(P) X

PROC. 10359/2025

FLS. \_\_\_\_\_

|     |                                                                                                                                |                                                                                                                                                                                                                                            |   |   | (I) |    |                                                                                                                                                                                                       |                                                                                                                                                                                                                        |                                                                                                          |             |
|-----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|-----|----|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| R01 | Responsáveis pela Gestão e Fiscalização não detêm as competências multidisciplinares necessárias para a execução da atividade. | 1. Fiscalização ineficiente com descumprimento do objeto.<br>2. Obra realizada de baixa qualidade.                                                                                                                                         | 2 | 8 | 16  | RM | 1. Capacitação de pessoal/ designação de pessoal capacitado para gestão e fiscalização do contrato.                                                                                                   | 1. Realizar capacitação contínua com os fiscais e gestores de contratos.                                                                                                                                               | Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural/<br>Secretaria Municipal de Administração. | CONTRATANTE |
| R02 | Ocorrência de acidentes de trabalho.                                                                                           | 1. Paralisação da obra ou atraso no cronograma de execução.<br>2. Possibilidade de danos a empregados da Contratada e/ou terceiros.<br>3. Necessidade de repor os serviços, materiais e equipamentos danificados.<br>4. Litígios na esfera | 5 | 8 | 40  | RA | 1. Prever no Projeto Básico e Edital que a contratada execute serviços conforme normas de segurança, projetos e memorial, assumindo todos os custos visando a segurança na obra.<br>2. Prever no Pro- | 1. Avaliar, durante as visitas rotineiras da equipe de fiscalização as condições do canteiro de obras, verificando a utilização de EPI's e EPC's.<br>2. Notificar a contratada, caso sejam verificadas irregularidades | Equipe de Planejamento da Contratação/<br>Fiscalização do Contrato.                                      | CONTRATADA  |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO - CPC

trabalhista.

PROC. 10359/2025

FLS. \_\_\_\_\_

jeto Básico e editalem relação às

|  |  |  |  |  |  |  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|--|
|  |  |  |  |  |  |  | que a contratadanormas de segu-<br>forneça equipa-rança no trabalho.<br>mentos de pro-<br>teção individual e<br>coletivo, bem co-<br>mo orientações de<br>uso, fiscalização<br>da correta utili-<br>zação e cumpri-<br>mento da legis-<br>lação pertinente.<br>3. Prever no Pro-<br>jeto Básico e no<br>Edital a obrigação<br>de acompanha-<br>mento da obra por<br>responsável téc-<br>nico.<br>4. Prever no Edital<br>dentre as cláusu-<br>las do Projeto<br>Básico e Edital,<br>que a Contratada<br>deverá responder |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|--|



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO - CPC

**PROC. 10359/2025**

**FLS. \_\_\_\_\_**

por quaisquer

|     |                                                                                    |                                                                       |   |   |    |    |                                                                                                                                                       |                                                                                                                                                          |                                                  |            |
|-----|------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|---|---|----|----|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|------------|
|     |                                                                                    |                                                                       |   |   |    |    | acidentes de trabalho na execução da obra.                                                                                                            |                                                                                                                                                          |                                                  |            |
| R03 | Processos trabalhistas causados pelo não cumprimento das obrigações da Contratada. | 1. Prejuízos financeiros para o Município.<br>2. Paralisação da obra. | 2 | 5 | 10 | RM | 1. Prever exigência da apresentação das guias de pagamento, nos critérios de medição do Projeto Básico.<br>2. Fiscalização dos documentos de medição. | 1. Em caso de ação judicial, apresentar defesa técnica.<br>2. Analisar a possibilidade de aplicação de penalidades, suspensão ou de rescisão contratual. | Fiscalização do Contrato/ Procuradoria Jurídica. | CONTRATADA |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO - CPC

**PROC. 10359/2025**

**FLS. \_\_\_\_\_**

|     |                                                                                                                                                          |                                                                                                                                  |   |   |    |           |                                                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                   |                                                |             |
|-----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|----|-----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------|
| R04 | Danos e prejuízos causados à obra por erro ou falhas de projetos/ estimativas de quantitativos.                                                          | 1. Elevação dos custos.<br>2. Atrasos para entrega da obra.                                                                      | 5 | 8 | 40 | <b>RA</b> | 1. Prever exigência da execução dos projetos em conformidade com estudos, laudos técnicos.                                                       | 1. Na ocorrência do risco, analisar possibilidade de alterar o cronograma físico-financeiro, aditivo de prazo do contrato.<br>2. Analisar possibilidade de revisão contratual mediante a apresentação de justificativas técnicas. | Equipe de Fiscalização/ Procuradoria Jurídica  | CONTRATANTE |
| R05 | Impossibilidade de início da obra, após a emissão da Ordem de Serviço, por restrições da Contratante (liberação do local, necessidade de execução prévia | 1. Atraso no início da execução e, conseqüentemente, na entrega da obra.<br>2. Possibilidade de aumento de custos não previstos. | 5 | 5 | 25 | <b>RM</b> | 1. Verificar, junto ao Setor competente, antes da emissão da Ordem de Serviço, se há algum impedimento para o início da execução dos serviços no | 1. Suspender a emissão a Ordem de Serviço, solicitando a Contratada não realização de mobilização até que os serviços sejam novamente libe-                                                                                       | Secretaria solicitante/ Equipe de Fiscalização | CONTRATANTE |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO - CPC

PROC. 10359/2025

FLS. \_\_\_\_\_

de outro serviço,

prazo determina-rados.

|     |                                                                                                                      |                                                                                                                                     |   |   |    |           |                         |                                                                                                                                                                                                                                                             |                                                |             |
|-----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|----|-----------|-------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------|
|     | interferência com outras atividades, etc.                                                                            |                                                                                                                                     |   |   |    |           | do na contratação.      | 2. Verificar a necessidade de alterações contratuais para prorrogação de prazo de execução e vigência do contrato.                                                                                                                                          |                                                |             |
| R06 | Alterações de projeto, critérios, especificações, etc, que impactem nas soluções adotadas, por parte da Contratante. | 1. Alteração de custos.<br>2. Alteração de prazos/cronograma físico-financeiro.<br>3. Alteração de escopo dos serviços contratados. | 5 | 5 | 25 | <b>RM</b> | 1. Aceitar as demandas. | 1. Arcar com custos decorrentes da modificação dos projetos e com a possível alteração dos prazos, desde que as modificações solicitadas não decorram de erros cometidos pela Contratada.<br>2. Analisar a necessidade de aditamento contratual com ajustes | Secretaria solicitante/ Equipe de Fiscalização | CONTRATANTE |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO - CPC

**PROC. 10359/2025**

**FLS. \_\_\_\_\_**

qualitativos e

|     |                                                                      |                                                                                                                        |   |   |    |           |                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                                                                                                                    |                                                              |            |
|-----|----------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|----|-----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|------------|
|     |                                                                      |                                                                                                                        |   |   |    |           |                                                                                                                                                                                                                                                   | quantitativos no<br>objeto licitado,<br>bem como da al-<br>teração de prazo<br>de execução e<br>vigência.                                          |                                                              |            |
| R07 | Incapacidade da<br>empresa vence-<br>dora de executar<br>o contrato. | 1. Paralisação da<br>obra.<br>2. Degradação dos<br>serviços já execu-<br>tados.<br>3. Transtornos para<br>a população. | 5 | 8 | 40 | <b>RA</b> | 1. Prever capaci-<br>dade técnica con-<br>dizente com o<br>objeto a ser con-<br>tratado.<br>2. Exigir garantia<br>contratual, con-<br>forme Lei<br>14.133/2021.<br>3. Prever sanções<br>contratuais para<br>caso de inexecu-<br>ção dos serviços. | 1. Adjudicar novo<br>fornecedor ou<br>promover nova<br>licitação.<br>2. Acionar a ga-<br>rantia e aplicar<br>penalidades pre-<br>vistas em contra- | Equipe de Fis-<br>calização/ Pro-<br>curadoria Ju-<br>rídica | CONTRATADA |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO - CPC

**PROC. 10359/2025**

**FLS. \_\_\_\_\_**

|     |                                        |                                                                                                                                                                                                                                                          |   |   |    |           |                                                                                                                                                     |                                                                                                                              |                                                                  |             |
|-----|----------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|----|-----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|-------------|
| R08 | Inadimplência da Contratante.          | 1. Em atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, o Contratado poderá optar pela suspensão do cumprimento das obrigações até que seja normalizada a situação.<br>2. Alteração nos prazos.<br>3. Alteração nos custos. | 2 | 5 | 10 | <b>RM</b> | 1. Realizar o procedimento licitatório somente com a garantia da disponibilidade do recurso orçamentário, indicada pelo Setor competente.           | 1. Realizar planejamento dos pagamentos para evitar a suspensão da execução da obra pela Contratada.                         | Secretaria socializante/ Contabilidade/ Equipe de Fiscalização.  | CONTRATANTE |
| R09 | Ocorrência de roubos e furtos na obra. | 1. Prejuízos e aumento dos custos inicialmente previstos para a execução da Obra.<br>2. Eventuais atrasos para aquisição dos novos bens.<br>3. Eventuais danos                                                                                           | 5 | 8 | 40 | <b>RA</b> | 1. Prever no Projeto Básico, que a Contratada arcará com aumento nos custos de quaisquer insumos que compõem a execução da obra, não decorrentes de | 1. A Contratada assumirá os prejuízos decorrentes de roubos ou furtos, inclusive reposição dos equipamentos para cumprimento | Equipe de Planejamento da Contratação/ Fiscalização do Contrato. | CONTRATADA  |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO - CPC

às instalações do

PROC. 10359/2025

FLS. \_\_\_\_\_

alterações tribu-to do contrato.

|     |                                                                                                                                                                       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |   |   |    |    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                |            |
|-----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|----|----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
|     |                                                                                                                                                                       | canteiro de obras.                                                                                                                                                                                                                                                                                  |   |   |    |    | tárias ou de po-<br>líticas públicas,<br>ensejando em au-<br>mentos de custos<br>superiores aos<br>índices de reajus-<br>te contratual.                                                                                                                                                                                                        |                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                |            |
| R10 | Execução dos ser-<br>viços com quali-<br>dade abaixo da<br>especificada na<br>contratação e/ou<br>em desacordo<br>com normas téc-<br>nicas e legislações<br>vigentes. | 1. Serviços de baixa<br>qualidade, ou obra<br>apresentando de-<br>feitos após a execu-<br>ção.<br>2. Atrasos para con-<br>clusão da obra de-<br>correntes da neces-<br>sidade de refazi-<br>mento dos serviços.<br>3. Alteração dos<br>custos inicialmente<br>previstos para exe-<br>cução da obra. | 5 | 5 | 25 | RM | 1. Prever, dentre<br>as cláusulas do<br>Projeto Básico e<br>Edital, sanções<br>que contemplem a<br>situação.<br>2. Fiscalizar con-<br>tinuamente a exe-<br>cução dos servi-<br>ços, realizando<br>visitas in loco.<br>3. Realizar noti-<br>ficação da Contra-<br>tada sempre que<br>verificada neces-<br>sidade de corre-<br>ção de algum ser- | 1. Exigir o reparo<br>das falhas ocultas<br>que surgirem,<br>mesmo após o<br>término da obra<br>(garantia da<br>obra).<br>2. Realizar a apli-<br>cação de penali-<br>dades conforme<br>instrumento con-<br>tratual. | Equipe de Pla-<br>nejamento da<br>Contratação/<br>Equipe de Fis-<br>calização/ Pro-<br>curadoria Ju-<br>rídica | CONTRATADA |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO - CPC

**PROC. 10359/2025**

**FLS. \_\_\_\_\_**

viço já executado.

|     |                                                                                                                                                                                                                      |                                                                                 |   |   |    |           |                                                                                                                |                                            |                                                  |                         |
|-----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|---|---|----|-----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------|--------------------------------------------------|-------------------------|
|     |                                                                                                                                                                                                                      |                                                                                 |   |   |    |           |                                                                                                                |                                            |                                                  |                         |
| R11 | Aumento nos custos de quaisquer insumos que compõem a execução da obra, não decorrentes de alterações tributárias ou políticas públicas, ensejando aumento dos custos superiores aos índices de reajuste contratual. | 1. Alteração de custos e prazos previstos inicialmente para a execução da obra. | 5 | 5 | 25 | <b>RM</b> | 1. Prever dentre as cláusulas do Projeto Básico, que a contratada arcará com prejuízos advindos das variações. | 1. Não identificadas.                      | Equipe de Planejamento / Equipe de Contratações. | CONTRATADA              |
| R12 | Ocorrência de eventos climáticos extremo, como                                                                                                                                                                       | 1. Alteração dos custos e prazos previstos inicialmente                         | 2 | 8 | 16 | <b>RM</b> | 1. Não identificadas.                                                                                          | 1. Avaliar a necessidade de prorrogação de | Equipe de Fiscalização/ Procuradoria Ju-         | CONTRATADA/ CONTRATANTE |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO - CPC

PROC. 10359/2025

FLS. \_\_\_\_\_

chuvas

fortes, para a execução da

prazo e valores

rídica

|     |                                                                                                          |                                                                                                                                    |   |   |    |    |                                                                                                               |                                                                                                                                                                                     |                                                                           |             |
|-----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|----|----|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|-------------|
|     | enchentes, alagamentos, granizo, raios e outros.                                                         | obra.<br>2. Comprometimento dos serviços já executados.                                                                            |   |   |    |    |                                                                                                               | para reparar os estragos causados pelas ocorrências climáticas.                                                                                                                     |                                                                           |             |
| R13 | Atrasos da obra decorrentes de períodos de chuvas prolongados ou outros eventos climáticos e ambientais. | 1. Alteração dos custos e prazos previstos inicialmente para a execução da obra.<br>2. Comprometimento dos serviços já executados. | 5 | 5 | 25 | RM | 1. Prever dentro das cláusulas do Projeto Básico, que a contratada arcará com prejuízos advindos dos eventos. | 1. Avaliar, caso solicitada prorrogação de prazo de execução do objeto pela contratada se as chuvas ou eventos climáticos e ambientais preencham os requisitos de excepcionalidade. | Equipe de Planejamento / Equipe de Contratações / Equipe de Fiscalização. | CONTRATADA  |
| R14 | Alteração nos custos de quaisquer insumos que compõem a execução da obra, decorrentes de                 | 1. Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da obra.                                                              | 5 | 8 | 40 | RA | 1. Não identificadas.                                                                                         | 1. Na ocorrência do risco, analisar a possibilidade de revisão contratual, mediante apresentação de                                                                                 | Equipe de Fiscalização / Procuradoria Jurídica                            | CONTRATANTE |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO - CPC

PROC. 10359/2025

FLS. \_\_\_\_\_

alterações tribu-

justificativa téc-

|     |                                                                                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |   |   |    |    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                                                                                                                        |                                               |            |
|-----|-----------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|----|----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------|
|     | tárias ou políticas públicas, ensejando aumento ou redução dos custos.                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |   |   |    |    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | nica e documentos comprobatórios.                                                                                                      |                                               |            |
| R15 | Descarte irregular de resíduos em decorrência da execução dos serviços pela Contratada. | 1. Possibilidade de contaminação de mananciais e lençol freático.<br>2. Paralisação da obra em decorrência de interdição por órgãos competentes.<br>3. Possibilidade de aplicação de multas e sanções dos órgãos competentes.<br>4. Responsabilização criminal.<br>5. Possibilidade de danos materiais, morais, físicos, ambientais, etc. | 5 | 8 | 40 | RA | 1. Prever no Projeto Básico e Edital que a contratada execute o descarte de resíduos conforme normas de ambientais, assumindo todos os custos.<br>2. Fiscalizar continuamente a execução dos serviços, realizando visitas in loco.<br>3. Realizar notificação da Contratada sempre que verificada possível | 1. Aplicação de penalidades à Contratada caso ocorra o risco.<br>2. Caso ocorra o risco a contratada arcará com os prejuízos advindos. | Equipe de Fiscalização/ Procuradoria Jurídica | CONTRATADA |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO - CPC

**PROC. 10359/2025**

**FLS. \_\_\_\_\_**

irregularidade.

|     |                                                             |                                                                                                                   |   |   |    |           |                                                                                                                                                                                       |                                                                                                                                |                                                                                         |             |
|-----|-------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|----|-----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
|     |                                                             |                                                                                                                   |   |   |    |           |                                                                                                                                                                                       |                                                                                                                                |                                                                                         |             |
| R16 | Sobrecarga dos funcionários responsáveis pela fiscalização. | 1. Acompanhamento deficiente da execução dos serviços.<br>2. Comprometimento dos objetivos definidos no contrato. | 5 | 5 | 25 | <b>RM</b> | 1. Divisão adequada da responsabilidade da fiscalização da obra e do contrato entre servidores.                                                                                       | 1. Substituição dos fiscais sobre-carregados.                                                                                  | Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural                           | CONTRATANTE |
| R17 | Falência da empresa vencedora.                              | 1. Paralisação da Obra.<br>2. Degradação dos serviços já executados.<br>3. Transtornos para a população.          | 5 | 8 | 40 | <b>RA</b> | 1. Exigir capacidade técnica condizente com o objeto a ser contratado.<br>2. Exigir garantia contratual, conforme art. 96 da Lei 14.133/2021.<br>3. Prever sanções contratuais para o | 1. Adjudicar novo fornecedor ou promover nova licitação.<br>2. Acionar a garantia e aplicar penalidades previstas em contrato. | Equipe de Planejamento da Contratação/<br>Equipe de Fiscalização/ Procuradoria Jurídica | CONTRATADA  |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO - CPC

**PROC. 10359/2025**

**FLS. \_\_\_\_\_**

caso de inexecu-

|     |                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                                             |   |   |    |           |                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                                    |                                                  |            |
|-----|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|----|-----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|------------|
|     |                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                                             |   |   |    |           | ção dos serviços.                                                                                                                                                                                                                                 |                                                                    |                                                  |            |
| R18 | Interferências com concessões (rompimento de tubulações, rompimentos às infraestruturas existentes da concessionária de energia elétrica, etc.) | 1. Atraso na obra.<br>2. Alteração de custos.<br>3. Possibilidade de danos morais, materiais, físicos, ambientais, etc.<br>4. Paralisação da obra para reparos necessários. | 5 | 5 | 25 | <b>RM</b> | 1. Contratada re-alizar planejamen-to prévio à exe-cução do contrato e análise do local a ser executada a obra.<br>2. Verificar se Apólice de Seguro de Responsabi-lidade Civil cobre danos a redes de infraestrutura pública e conces-sionárias. | 1. A Contratada arcará com pos-síveis danos e prejuízos causa-dos. | Equipe de Fis-calização/ Pro-curadoria Ju-rídica | CONTRATADA |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO - CPC

**PROC. 10359/2025**

**FLS. \_\_\_\_\_**

|     |                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                                                                                                                                                        |   |    |    |    |                                                                                                                                                   |                                                                                                                                        |                                                                                            |            |
|-----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|----|----|----|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| R19 | Prejuízo causado obra por ações judiciais ou órgãos de fiscalização.<br>Prejuízo causado obra por ações judiciais ou órgãos de fiscalização.<br>Prejuízo causado obra por ações judiciais ou órgãos de fiscalização.<br>Prejuízo causado obra por ações judiciais ou órgãos de fiscalização. | 1. Aumento dos prazos.<br>2. Paralisação da obra por ações judiciais ou órgãos de fiscalização.<br>3. Aumento dos custos de execução.<br>4. Pagamento de indenizações. | 5 | 10 | 50 | RA | 1. Realização de vistoria cautelar aos imóveis na região da obra.<br>2. Prever sanções contratuais para o caso de prejuízos causados a terceiros. | 1. Aplicação de penalidades à Contratada caso ocorra o risco.<br>2. Caso ocorra o risco a contratada arcará com os prejuízos advindos. | Equipe de Planejamento da Contratação/<br>Equipe de Fiscalização/<br>Procuradoria Jurídica | CONTRATADA |
|-----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|----|----|----|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**TAMIRIS SCHUNCK SANTANA**

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

DLIC - SEMAD - PMPIUMA

assinado em 08/06/2026 13:38:45 -03:00



**INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO**

Documento capturado em 08/06/2026 13:38:45 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por TAMIRIS SCHUNCK SANTANA (AGENTE DE CONTRATAÇÃO - DLIC - SEMAD - PMPIUMA)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-HL0BW8>